1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para a eventual contratação de serviços de **Circuitos de Alta Disponibilidade**, consistindo em conectividade de dados cuja infraestrutura contratada opera de forma integrada à rede atual do MPMA através de **Equipamento de Borda** com tecnologia SD-WAN, permitindo o uso conjunto de múltiplos caminhos de comunicação. O fornecimento de cada **Circuito** abrange, de forma unificada e indivisível, os serviços de instalação, ativação, configuração, monitoramento proativo, manutenção, suporte técnico e a disponibilização de todos os **Equipamentos de Borda** indispensáveis ao seu funcionamento, sem qualquer ônus adicional ou cobrança de aluguel. O objetivo é estabelecer um canal privado e dedicado para interligar as **Unidades Remotas** à **Unidade Sede** do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade
1	Serviço Mensal de **Circuito de Alta Disponibilidade** - Banda Base de 100 Mbps	26476	Circuito	200

1.1.1. A quantidade estimada de 200 **Circuitos** contempla a base atual de 126 **Unidades Remotas** (Anexo I), acrescida de 59 circuitos para expansão de banda e 15 circuitos para novas **Unidades**, conforme memória de cálculo do item "Quantidade Estimada" do ETP.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como solução de Tecnologia da Informação - TI, visto que se trata de serviço de apoio a processos de negócio, gerido pela Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI, em conformidade com a Resolução Nº 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

1.3. A contratação desta solução de TI está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), bem como prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, contribuindo para a prestação de serviços, a otimização dos recursos de Tecnologia da Informação e a garantia da continuidade das atividades finalísticas da instituição.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. **Da Validade da Ata de Registro de Preços:** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O contrato decorrente será assinado dentro do prazo de validade da Ata e abrangerá a quantidade estimada de até 200 (duzentos) Circuitos, que serão ativados sob demanda, por ordem de serviço, ao longo de toda a vigência contratual, sem garantia de consumo mínimo e independentemente do término da validade da Ata.

1.6. O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos a partir da sua assinatura, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes diretrizes: (i) atestação, pela autoridade competente, da maior vantagem econômica da contratação plurianual; (ii) atestação, no início da contratação e de cada exercício, da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e da vantagem em sua manutenção; e (iii) possibilidade de extinção do contrato, sem ônus, quando não houver créditos orçamentários para sua continuidade ou quando o contrato não mais oferecer vantagem à Administração. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, até o limite total de 10 (dez) anos de vigência, nos termos do art. 107 da mesma Lei, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos, permitida a negociação com a CONTRATADA ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.7. A forma de seleção do fornecedor (Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços) e o critério de julgamento (Menor Preço Global) estão descritos no item **"Forma de seleção e critério de julgamento da proposta"**.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.1. Nome do Objeto: **Circuito de Alta Disponibilidade**

2.2. Definições:

2.2.1. **Unidade Sede:** prédio da Procuradoria-Geral de Justiça (São Luís, Bairro Jaracaty, CEP 65076-820, Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261).

2.2.2. **Unidade Remota:** qualquer ponto de presença do MPMA fora da **Unidade Sede**, incluindo os listados no Anexo I - Unidades Remotas.

2.2.3. **Circuito (ou Circuito de Alta Disponibilidade):** canal privado e dedicado de comunicação de dados de alta disponibilidade estabelecido entre uma **Unidade Remota** e a **Unidade Sede**. Sua infraestrutura opera de forma integrada à rede atual do MPMA através de Equipamento de Borda com tecnologia SD-WAN, permitindo o uso conjunto de múltiplos caminhos de comunicação. Trata-se de um "caminho virtual" (caminho lógico) entre as redes locais. A implementação física desse "caminho virtual" fica a cargo da **CONTRATADA**, desde que cumpridos todos os requisitos técnicos de entrega dos **Circuitos**.

2.2.4. **Equipamento de Borda:** ativo de rede (roteador, *firewall*, modem, *RouterBoard*, ONU, etc) instalado pela **CONTRATADA** nas **Unidades Sede** ou **Remotas** para viabilizar o funcionamento dos **Circuitos**.

2.2.5. **Circuito preexistente:** circuito de dados já operante nas Unidades do MPMA sob contrato distinto, atualmente provido, em todas as Unidades Remotas do Anexo I, pela empresa **VIACOM NEXT GENERATION COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 06.172.384/0001-06**. Atuará em conjunto com o novo **Circuito** via tecnologia SD-WAN, servindo como referencial em relação ao qual a

nova **CONTRATADA** deverá garantir total independência física e lógica de infraestrutura, conforme as regras deste Termo de Referência.

2.3. Os **Circuitos** deverão suportar a tecnologia "*LAN to LAN*" (Camada 2) e garantir a velocidade mínima de 100 Mbps (cem megabits por segundo) no tráfego de dados entre a **Unidade Remota** e a **Unidade Sede**, com suporte a tráfego de pacotes com rótulos de VLAN (protocolo IEEE 802.1Q).

2.4. A **CONTRATADA** deve possuir viabilidade de instalação de **Circuitos** em todos os endereços do Anexo I - Unidades Remotas.

2.5. Os **Circuitos** deverão ser instalados de acordo com a solicitação, seguindo os prazos do indicador **TEMPO DE INSTALAÇÃO**.

2.6. Cada **Circuito** poderá utilizar qualquer tecnologia de transporte, desde que o meio físico seja exclusivamente **fibra óptica**.

2.7. A medição da velocidade ocorrerá através do programa de código aberto iPerf3 (ou superior), gerando tráfego bidirecional simétrico entre a **Unidade Sede** e a **Unidade Remota**.

2.8. A conexão física com a rede local usará porta LAN **do Equipamento de Borda** previamente definida pela **CONTRATANTE**. Logo após a instalação, a operadora liberará acesso via protocolo SNMP (permissão de leitura) para monitoramento pelo MPMA.

2.9. Para garantir a resiliência e a real redundância da solução, o **Circuito** fornecido deverá ser totalmente independente da infraestrutura de conexão já existente na respectiva **Unidade Remota**.

2.10. Caberá exclusivamente à **CONTRATADA** toda a execução, configuração, tunelamento, políticas de roteamento e otimização de tráfego da solução de SD-WAN, de acordo com as diretrizes técnicas fornecidas pela **CONTRATANTE**.

2.11. Cada **Equipamento de Borda** fornecido deverá possuir suporte nativo e licenças ativas para a tecnologia **SD-WAN** (*Software-Defined Wide Area Network*), dispondo de, no mínimo, duas interfaces WAN físicas e independentes.

2.12. A **CONTRATANTE** já dispõe de um meio de conectividade ativo em cada localidade e utilizará o novo **Circuito** de forma conjunta e simultânea. Para viabilizar essa arquitetura, o **Equipamento de Borda** da **CONTRATADA** deverá utilizar a tecnologia SD-WAN como elemento central de gerência na ponta, realizando o balanceamento inteligente de tráfego e a comutação automática ativa (*failover*) entre os acessos.

2.12.1. O **Circuito preexistente** será entregue ao **Equipamento de Borda** da **CONTRATADA** em interface física definida pela **CONTRATANTE**, permanecendo a operadora daquele circuito integralmente responsável por sua disponibilidade e desempenho. Falhas exclusivas do **Circuito preexistente** não caracterizam descumprimento da **CONTRATADA**; no entanto, falhas operacionais do **Equipamento de Borda** ou das políticas de roteamento SD-WAN que afetem o tráfego do **Circuito preexistente** são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.13. Durante o período de implantação, em que serão instalados os **Circuitos** constantes do Anexo I, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar suporte assistido dedicado, de segunda a sexta-feira, das 08:00h

às 18:00h, responsável por supervisionar a ativação dos **Circuitos**, interceder em configurações de rede e emitir relatórios periódicos.

2.14. A **CONTRATADA** é a responsável exclusiva pelo fornecimento, instalação, conectorização e configuração de toda a infraestrutura necessária para o funcionamento dos **Circuitos**.

2.15. Caberá à **CONTRATADA** a passagem de cabos e fios no ambiente externo até o local de instalação definido, utilizando-se das infraestruturas guias existentes. A criação de novas rotas de tubulação, obras civis, instalações elétricas ou adequações na rede interna serão de responsabilidade da **CONTRATANTE**.

2.16. Toda intervenção física ou instalação de **Equipamentos de Borda** nas dependências do MPMA deverá ser previamente agendada e autorizada pelo responsável técnico da **CONTRATANTE**.

2.17. Notificada a conclusão pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** testará a velocidade e conectividade LAN to LAN, homologando o **Circuito** por e-mail em caso de aprovação.

2.18. A homologação técnica, após o sucesso dos testes, caracteriza o **Aceite Técnico de Ativação do Circuito**, autorizando o início do faturamento. O **recebimento provisório** e o **recebimento definitivo**, para fins de liquidação e pagamento, recairão sobre a medição mensal e seguirão estritamente o estipulado no item **"Critérios de Medição e de Pagamento"** deste Termo de Referência.

2.19. Cada **Circuito** receberá uma identificação única padrão, definida pela **CONTRATANTE**, a qual deverá ser obrigatoriamente utilizada por ambas as partes em todas as comunicações, relatórios e aberturas de chamados de suporte.

2.20. A **CONTRATANTE** poderá solicitar novas instalações, mudanças de endereço (remanejamentos) ou cancelamentos de **Circuitos**, que deverão ser informados preferencialmente por comunicação oficial eletrônica (*e-mail*).

2.21. A **CONTRATADA** deverá garantir a cobertura e a viabilidade técnica de instalação de **Circuitos** em todas as localidades listadas no Anexo I - Unidades Remotas.

2.21.1. Ao apresentar proposta, a licitante declara ter avaliado os endereços constantes do Anexo I - Unidades Remotas e assume integralmente a obrigação de ativação dos **Circuitos** nos prazos fixados no indicador **TEMPO DE INSTALAÇÃO**, sendo vedada, após a homologação, qualquer alegação de inviabilidade técnica quanto às localidades ali listadas.

2.22. Para demandas de instalações em novos endereços não constantes no Anexo I - Unidades Remotas, caso ocorra inviabilidade técnica inicial, a **CONTRATADA** terá o prazo máximo e improrrogável de 90 dias para realizar as expansões de infraestrutura necessárias e concluir a ativação do **Circuito**.

2.23. **Da Mudança de Endereço:** O prazo estendido de 90 dias não se aplica às solicitações de mudança de endereço cuja distância entre o ponto antigo e o novo seja inferior a 3 Km em linha reta, hipótese em que a instalação deverá respeitar os prazos do indicador **TEMPO DE INSTALAÇÃO**, sendo vedada qualquer alegação de inviabilidade.

2.24. Do cancelamento de **Circuito**: A **CONTRATANTE** poderá solicitar o cancelamento do serviço de qualquer **Circuito** a qualquer tempo, mediante simples comunicação formal eletrônica (*e-mail*). A

cobrança de valores referentes ao respectivo **Circuito** será suspensa imediatamente na data de envio da solicitação, sendo o faturamento daquele mês calculado de forma estritamente proporcional aos dias ativos (*pro rata die*). Cabe exclusivamente à **CONTRATADA** o ônus e o agendamento para a retirada de seus **Equipamentos de Borda** da localidade, ficando o MPMA isento de qualquer responsabilidade sobre os ativos a partir da data de cancelamento. O cancelamento de Circuito não configura supressão contratual unilateral, uma vez que a quantidade de 200 Circuitos é teto estimado, sem garantia de consumo mínimo, sendo devidos à CONTRATADA somente os valores dos serviços efetivamente prestados.

2.25. Da Escalabilidade de Banda e Alteração de Capacidade:

2.25.1. A **CONTRATANTE** poderá solicitar, a seu critério e sob demanda, a ativação de **Circuitos** com capacidades expandidas em múltiplos de 100 Mbps, limitados ao teto de 1000 Mbps, mediante a composição e agrupamento de **Circuitos**, desde que a entrega garanta a velocidade total agregada demandada e o **Circuito** seja tratado como uma entidade técnica e operacional única. Eventual necessidade de Circuitos além do teto estimado de 200 observará o limite de acréscimo previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

2.25.2. Para fins de inventário, monitoramento, faturamento e fiscalização de níveis de serviço (SLA), o circuito de capacidade expandida deverá possuir, obrigatoriamente, um único código de identificação padrão. O valor de sua contraprestação mensal corresponderá, **no máximo**, à multiplicação do valor unitário homologado para o Circuito base de 100 Mbps pela quantidade de **Circuitos** agregados para compor a nova velocidade, admitindo-se e priorizando-se a negociação de valores inferiores (ex: um Circuito expandido para 300 Mbps terá seu custo limitado ao teto de 3 vezes o valor de um Circuito base).

2.25.3. Caso a **CONTRATANTE** solicite a expansão de capacidade de um **Circuito** e a **CONTRATADA** comprove formalmente a inviabilidade técnica temporária da localidade, a operadora terá o prazo máximo e improrrogável de **1 (um) ano**, contado a partir da primeira solicitação, para realizar as expansões de infraestrutura necessárias e efetivar a entrega da velocidade demandada.

2.26. Caberá à **CONTRATADA** o monitoramento proativo de toda a infraestrutura lógica e física do **Circuito**, compreendendo todo o caminho de transmissão de dados entre a **Unidade Remota** e a **Unidade Sede**, competindo-lhe identificar e sanar qualquer falha de conectividade proativamente.

2.27. A **CONTRATADA** é a responsável exclusiva pela manutenção corretiva e substituição imediata de **Equipamentos de Borda** e meios físicos/lógicos, respeitando os SLAs estabelecidos.

2.28. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar canal de atendimento e suporte técnico especializado, acionável por telefone, e-mail e sistema de chamados, para interlocução direta com a equipe de fiscalização da **CONTRATANTE**.

2.29. É vedado à **CONTRATADA** exigir que a **CONTRATANTE** realize verificações físicas locais, testes de energia, reinicialização de equipamentos (*reboot*) ou forneça evidências de que os ativos estão ligados,

competindo exclusivamente à **CONTRATADA** o diagnóstico remoto ou o envio de técnicos ao local para a resolução de incidentes.

2.30. O primeiro contato técnico para triagem local ou agendamento de manutenção deverá ser realizado pela **CONTRATADA** diretamente com a **Unidade** afetada, utilizando-se da lista oficial de contatos e telefones fornecida pela **CONTRATANTE**, a qual poderá ser atualizada de forma célere pela fiscalização do contrato mediante simples comunicação eletrônica (*e-mail*).

2.31. Para visitas presenciais, a **CONTRATADA** enviará previamente a Ordem de Serviço por e-mail direto à **Unidade Sede** e à **Unidade Remota** afetada, informando nome, CPF e horário previsto. O acesso do técnico fica condicionado à sua identificação no local.

2.32. Cada **Circuito** contratado engloba, obrigatoriamente e sem custos adicionais, o suporte técnico e monitoramento proativo em regime de 24x7x365, competindo à **CONTRATADA** identificar falhas e realizar o primeiro contato de triagem diretamente com a **Unidade** afetada em até 20 minutos após a queda do **Circuito**.

2.33. A **CONTRATADA** deverá fornecer uma plataforma única via web (HTTPS) para abertura, acompanhamento e consulta ao histórico detalhado de chamados e relatórios gráficos de desempenho, garantindo a atualização dos dados a cada 5 minutos, exportação para formato CSV e armazenamento da base histórica por no mínimo 12 meses.

2.34. Dos Níveis de Serviço (SLA) dos Circuitos:

2.34.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar mensalmente, junto à fatura, relatório digital de níveis de serviço contendo o histórico de disponibilidade de cada **Circuito**, para fins de conferência e faturamento subsidiário, sem prejuízo da apuração oficial que será realizada, em caráter definitivo, pelo sistema de monitoramento da **CONTRATANTE**.

2.34.2. Eventuais reduções e glosas no pagamento decorrentes do não atingimento das metas estabelecidas neste capítulo possuem fatos geradores distintos e **serão deduzidas de forma cumulativa** diretamente do valor da fatura mensal, de forma proporcional ao serviço que deixou de ser efetivamente entregue, respeitado o teto máximo de 100% (cem por cento) de desconto por **Circuito** no mês, sem prejuízo da posterior aplicação de sanções administrativas ou multas contratuais em caso de inexecução contratual.

2.34.3. Quaisquer interrupções programadas para manutenção técnica deverão ser solicitadas formalmente com antecedência mínima de 7 dias corridos, dependendo de **autorização expressa** da fiscalização do contrato.

2.34.3.1. As manutenções deverão ocorrer obrigatoriamente fora do horário de expediente do órgão, preferencialmente **entre 22:00h e 04:00h ou em fins de semana**, ficando limitadas ao tempo máximo total de **4 horas mensais** por **Circuito**.

2.34.3.2. Caso a manutenção programada ultrapasse o teto mensal estabelecido ou ocorra sem prévia autorização da fiscalização, todo o período excedente será considerado indisponibilidade técnica comum para fins de desconto e glosa na fatura.

2.34.4. **Indicador DISPONIBILIDADE**: é o percentual de tempo mensal em que o **Circuito** permaneceu em condições normais de funcionamento, assim entendida a capacidade de responder às sondas de conectividade dentro do limite de qualidade fixado neste Termo de Referência.

2.34.4.1. **Medição:** o índice é apurado pelo envio ininterrupto de *pings* (pacotes ICMP de 32 bytes) a cada 10 segundos, **executados com parâmetro de *timeout* de 100 ms**, a partir da **Unidade Sede** para o **Equipamento de Borda** da **Unidade Remota**. Respostas com tempo superior a **100 ms (*timeout*)** configuram o **Circuito** como indisponível no respectivo intervalo. O índice é apurado pela proporção de falhas em relação aos *pings* esperados no mês, da seguinte forma:

2.34.4.1.1. **DISPONIBILIDADE = [1 - (Pings com Timeout / Pings Esperados)]**.

2.34.4.1.1.1. **Pings com Timeout**: a quantidade de **pings** disparados pelo servidor da **CONTRATANTE** que não obtiveram resposta do **Equipamento de Borda** dentro do parâmetro de *timeout* de 100 ms, qualquer que seja a causa, ressalvadas as hipóteses previstas no item "Exclusão por Falta de Energia Elétrica Local".

2.34.4.1.1.2. **Pings Esperados**: a quantidade de **pings** programados para o respectivo mês civil, considerando a frequência ininterrupta de 1 disparo a cada 10 segundos.

2.34.4.1.1.3. **Isolamento da Aferição:** As sondas de conectividade **(requisições ICMP/Ping e consultas SNMP)** serão destinadas a endereço IP dedicado à aferição, vinculado à interface WAN do **Equipamento de Borda** conectada exclusivamente ao **Circuito** objeto deste instrumento, sendo vedado o roteamento, desvio ou *failover* do tráfego de aferição por qualquer outro caminho, inclusive pelo **Circuito preexistente**. A **CONTRATADA** entregará, na homologação de cada Circuito, a configuração que assegure que a indisponibilidade do **Circuito** contratado resulte, necessariamente, em ausência de resposta às sondas, sem prejuízo da operação normal do *failover* para o tráfego de produção.

2.34.4.1.2. **Fundamento do limite de qualidade:** O limite de 100 ms foi fixado a partir da medição contínua dos circuitos em operação no MPMA, cujo tempo médio de resposta observado situa-se em torno de 15 a 20 ms, com folga superior a 3 (três) vezes o valor médio aferido. Respostas acima desse limite indicam degradação do meio de transmissão e comprometem as aplicações críticas suportadas pela rede, notadamente audiências virtuais, videoconferências e tramitação no SEI.

2.34.4.2. **Ajuste de Preço:** como o serviço é de **alta disponibilidade**, o desconto no valor mensal do **Circuito** será aplicado de acordo com os seguintes níveis de valores de **DISPONIBILIDADE**:

- **Maior ou igual a 99%:** 0% de desconto. **Execução normal**. **É a meta a ser atingida**.
- **Maior ou igual a 98% e menor que 99%:** 20% de desconto. **Serviço degradado**.
- **Maior ou igual a 97% e menor que 98%:** 40% de desconto. **Serviço degradado**.
- **Maior ou igual a 96% e menor que 97%:** 60% de desconto. **Serviço degradado**.
- **Maior ou igual a 95% e menor que 96%:** 80% de desconto. **Serviço degradado**.
- **Menor que 95%:** 100% de desconto. **Indisponibilidade crítica**.
    - A apuração de indisponibilidade nesta faixa configura **falha crítica** do serviço para o respectivo **Circuito** por **perda da característica de alta disponibilidade** indispensável à segurança institucional, sem prejuízo da abertura de processo sancionatório.
- **Proporcionalidade em Meses Incompletos:** Nos casos de ativação ou cancelamento de **Circuitos** no decorrer do mês de apuração (mês incompleto), os cálculos de descontos serão calculados de forma estritamente proporcional ao número de dias em que o serviço esteve contratualmente ativo, garantindo a aplicação justa dos percentuais de desconto.

2.34.4.3. **Equivalência de Indisponibilidade:** O **Circuito** será considerado indisponível para fins de cálculo de descontos e glosas sempre que, mesmo havendo resposta positiva aos testes de conectividade (*ping*), deixar de cumprir qualquer requisito técnico obrigatório que comprometa a qualidade do serviço entregue, a exemplo, mas não se limitando a: entrega de velocidade inferior à contratada ou inoperância das configurações do **Equipamento de Borda**.

2.34.4.3.1. O período de desconformidade, contabilizado desde a abertura do chamado técnico (ou notificação formal) até a efetiva comprovação da normalização pela **CONTRATADA**, será considerado como tempo de inatividade, sendo computado como **100% de falha de resposta às sondas (timeout)** durante todo esse intervalo para fins de cálculo do indicador DISPONIBILIDADE.

2.34.4.4. **Relatórios de Níveis de Serviço:** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, mensalmente, relatórios digitais consolidados contendo os índices de disponibilidade apurados e totalizados por **Circuito**, bem como o detalhamento dos tempos de indisponibilidade, das interrupções programadas e das paradas de responsabilidade da **CONTRATANTE**. Adicionalmente, sob demanda, deverá fornecer extrato detalhado contendo os horários precisos de início e fim das inoperâncias e as respectivas causas técnicas das falhas apuradas.

2.34.5. **Indicador TEMPO DE INSTALAÇÃO**: é o tempo levado para atendimento de chamado de solicitação de instalação de um ou mais **Circuitos** ou a mudança de endereço da instalação de um ou mais **Circuitos** já existentes.

- **Meta:** menor ou igual a **30 dias corridos para cada lote de até 20 Circuitos** demandados em uma mesma solicitação. Os prazos serão acrescidos proporcionalmente em 30 dias a cada novo lote adicional de até 20 solicitações.
- **Medição:** será calculado como o tempo decorrido entre a solicitação e a conclusão da instalação do(s) **Circuito(s)**.
- O descumprimento injustificado da meta caracteriza infração contratual, sujeitando a **CONTRATADA** à abertura de processo administrativo para aplicação de sanções legais e contratuais, não ensejando glosa direta na fatura do serviço.

2.34.6. **Indicador TEMPO DE CONFIGURAÇÃO:** Refere-se ao tempo levado para atendimento de solicitação de alteração de configuração de **Equipamento de Borda**. A **meta** de atendimento é de, no máximo, 24 horas. A **medição** será calculada pelo tempo decorrido entre a abertura do chamado (caracterizada pelo envio de *e-mail* da **CONTRATANTE** com a descrição das configurações desejadas) e a conclusão da execução. Como **consequência por descumprimento**, o atraso injustificado caracteriza infração contratual, sujeitando a **CONTRATADA** à abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, não ensejando glosa direta na fatura mensal do serviço.

3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

3.1. O Modelo Atual de Conectividade e a Necessidade de Evolução (Benefícios Estratégicos):

3.1.1. O Ministério Público do Maranhão provê o acesso à internet (essencial para acesso externo ao PJe) e aos sistemas corporativos internos (como o SIMP e o SEI) para as Promotorias de Justiça do interior por meio de uma rede privada e segura de comunicação de dados. Essa infraestrutura funciona criando um "caminho virtual" que interliga todas as unidades remotas diretamente à **Unidade Sede**, na Capital, de onde o tráfego de dados é gerenciado, protegido e distribuído. A implementação de um modelo com dois circuitos ativos por Promotoria de Justiça representou um marco e uma grande evolução tecnológica para a instituição, que historicamente operava com apenas uma conexão por localidade. Esse avanço garantiu uma resiliência importante e permitiu o funcionamento das atividades do órgão até o presente momento.

3.1.2. No entanto, a estabilidade da conexão à internet tornou-se o coração absoluto do funcionamento institucional. Com a digitalização massiva (uso de sistemas corporativos como SIMP e SEI, acesso externo ao PJe e reuniões e audiências por videoconferência), ficar 1 ou 2 horas offline hoje gera um impacto inaceitável na prestação jurisdicional à sociedade. O modelo atual de contingência, embora tenha sido um inegável avanço, ainda depende de intervenção local: quando o circuito principal cai, a equipe da Promotoria precisa trocar fisicamente o cabo de um equipamento para o outro. Além disso, há uma disparidade natural de evolução nas velocidades

contratadas no passado: enquanto um dos contratos entrega 100 Mbps padronizados, o contrato mais antigo entrega, em sua grande maioria, velocidades já insuficientes de 10 Mbps ou 20 Mbps.

3.2. Vantagem Técnica, Financeira e o Comparativo da Nova Arquitetura:

3.2.1. O contrato atual mantido com a empresa responsável por esses circuitos de menores velocidades está na iminência de ser encerrado. Sabendo que o cronograma de instalação de circuitos de fibra óptica em todas as Promotorias de Justiça do Estado leva, em média, de 8 a 12 meses de execução física (conforme histórico de contratações de telecomunicações), a presente licitação é imperativa e urgente. O objetivo não é apenas garantir que o MPMA não sofra paralisações e apagões tecnológicos em seus serviços, mas manter ativa a premissa estratégica de dois circuitos de dados por localidade. A nova contratação representa o próximo grande salto de qualidade da instituição. Ao substituir os circuitos defasados do contrato que se encerra, a nova arquitetura (**Circuitos de Alta Disponibilidade**) operará em conjunto com o contrato remanescente da outra operadora, entregando as seguintes vantagens:

3.2.1.1. Padronização em Alta Velocidade: O MPMA consolidará um modelo de ponta onde todas as Promotorias terão dois circuitos robustos de 100 Mbps cada, resolvendo definitivamente os gargalos de banda das comarcas menores.

3.2.1.2. A Evolução para o SD-WAN (Redundância Automática): A grande inovação técnica é a exigência do Equipamento de Borda com inteligência SD-WAN. O equipamento receberá simultaneamente o novo **Circuito** (100 Mbps) e o **Circuito preexistente** (100 Mbps). Em caso de falha de uma operadora, o *failover* (virada) ocorrerá de forma automática e em milissegundos, sem necessidade de troca manual de cabos, mantendo a Promotoria conectada de forma 100% transparente para os usuários.

3.2.1.3. Gestão Contratual Eficiente e Alinhamento com o Mercado (SLA): A nova contratação traz um modelo de gestão de níveis de serviço (SLA) moderno, objetivo e transparente. As métricas foram desenhadas para facilitar a fiscalização, estabelecendo uma simetria justa e proporcional entre o serviço efetivamente entregue e a contraprestação financeira. Essa modelagem assegura o uso eficiente e protetivo dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que incentiva a operadora a manter sempre o mais alto padrão de qualidade e estabilidade operacional.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação insere-se no contexto de continuidade da modernização da infraestrutura tecnológica do MPMA, estando devidamente alinhada aos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) constantes nos autos.

4.2. Atualmente, o MPMA utiliza uma rede privada de comunicação de dados, fundamental para atender às crescentes demandas de segurança, escalabilidade e transmissão de informações. A solução sustenta atividades críticas, garantindo o funcionamento ininterrupto dos sistemas corporativos internos

(notadamente o SIMP e o SEI), a realização contínua de videoconferências e reuniões virtuais, além de assegurar o acesso externo ágil e estável ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), gerido pelo Tribunal de Justiça. Com a proximidade do término do contrato da operadora mais antiga, a interrupção dos circuitos representaria risco relevante à eficiência operacional, à proteção de informações sensíveis e à execução de projetos estratégicos em andamento.

4.3. Ao longo dos últimos anos, as tecnologias de redes corporativas introduziram mudanças significativas, especialmente com a consolidação do SD-WAN (*Software-Defined Wide Area Network*), que incorpora funcionalidades de roteamento inteligente e redundância automatizada. Consequentemente, tornou-se inviável e administrativamente ineficiente manter o modelo legado de comutação manual de cabos e velocidades defasadas (10 Mbps ou 20 Mbps).

4.4. A nova contratação permitirá ao MPMA manter uma infraestrutura de telecomunicações moderna, resiliente e veloz (base de 100 Mbps), com recursos de otimização de tráfego e segurança corporativa de alto nível. Além disso, garantirá a conformidade com as melhores práticas de governança e de segurança da informação.

4.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta também no ETP.

4.6. **Justificativa da aquisição:** O objetivo fundamental da presente contratação é a provisão contínua de **Circuitos de Alta Disponibilidade** como solução integrada de telecomunicações para o MPMA. Esta aquisição visa otimizar o tráfego de dados, garantir a redundância ativa e a integridade das informações, o que é crucial devido à:

4.6.1. **Extensa Capilaridade Geográfica:** O MPMA opera com 126 Unidades Remotas (Anexo I) espalhadas por todo o Estado, tornando essencial uma infraestrutura de comunicação padronizada, estável e de alta velocidade que alcance todas as comarcas.

4.6.2. **Adoção de Serviços Digitais e Audiências Virtuais:** A infraestrutura de rede deve suportar o tráfego contínuo de dados pesados e chamadas de vídeo, garantindo que membros e servidores possam atuar eficientemente, com baixa latência e sem interrupções.

4.6.3. **Modernização e Inteligência de Rede (SD-WAN):** A contratação deve incluir recursos que potencializam a eficiência institucional. A integração de roteadores com SD-WAN atuará como o elemento central de gerência na ponta, realizando o balanceamento de tráfego e a comutação automática ativa (*failover*) em milissegundos. Essa autonomia tecnológica é fundamental, **tendo em vista que o MPMA não dispõe de técnicos de informática alocados na grande maioria das Promotorias do interior.** A equipe de TI concentra-se no prédio-sede da PGJ, em São Luís, com raríssimas exceções em polos maiores (como Imperatriz, Timon, Bacabal, Balsas e Caxias). Logo, a virada automática de **Circuitos** libera os membros e servidores locais (sem formação técnica na área de TI) da responsabilidade de manusear equipamentos e trocar cabos manualmente em caso de falhas de operadora.

4.6.4. **Continuidade Operacional e Segurança:** A natureza da contratação é de serviço continuado, caracterizada pela essencialidade e indispensabilidade. O serviço deve ser prestado de forma ininterrupta, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, pois quedas de conectividade acarretam atrasos em processos judiciais e prejuízo à imagem institucional. Adicionalmente, a infraestrutura deve operar de forma privada e segura, atendendo à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.7. Parcelamento da solução de TI:

4.7.1. A justificativa para o não parcelamento da contratação de **Circuitos de Alta Disponibilidade** baseia-se na inviabilidade técnica e na desvantagem econômica de dividir o objeto, em conformidade com o art. 47, inciso II e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, considerados a responsabilidade técnica, o custo de múltiplos contratos para a Administração e a ausência de ganho de competitividade, conforme detalhado nos itens seguintes e no ETP.

4.7.2. A contratação, abrangendo o **Circuito** de dados e o roteamento inteligente (SD-WAN) orquestrado com os **Circuitos** da operadora remanescente, exige uma visão sistêmica e unificada da rede, não sendo recomendado o parcelamento da solução (divisão em lotes geográficos ou separação de **Circuito** e equipamento). O parcelamento acarretaria prejuízos de ordem técnica, de segurança e de gestão, comprometendo a eficácia da redundância.

4.7.2.1. **Nota Explicativa:** A integração do Equipamento de Borda com tecnologia SD-WAN ao serviço de conectividade configura solução única e indivisível, visto que a gerência dinâmica de tráfego, encriptação e failover automático são requisitos intrínsecos à entrega da "Alta Disponibilidade" contratada, sendo a gestão unificada indispensável para o cumprimento dos SLAs estipulados.

4.7.3. **Inviabilidade Técnica e Necessidade de Integração:** A solução exigida é uma malha de rede coesa onde a gerência do SD-WAN guarda estreita relação e dependência da **Unidade Sede**. O parcelamento é inviável porque a operação eficiente do SD-WAN e o tunelamento de rede dependem de um único ecossistema tecnológico e da centralização do gerenciamento. Dividir o Estado entre várias contratadas descaracterizaria a solução de malha única e comprometeria severamente a interoperabilidade entre os equipamentos de borda e a **Unidade Sede**.

4.7.4. **Riscos à Segurança e Governança:** A divisão do objeto aumentaria os riscos operacionais e de segurança da informação. O fornecimento fracionado dificultaria a uniformidade na aplicação de políticas de roteamento e segurança, além de multiplicar os pontos de falha. A contratação de um único fornecedor para todo o lote facilita a aplicação, o monitoramento das métricas e o cumprimento dos rigorosos níveis de serviço (SLA) exigidos pelo MPMA.

4.7.5. **Vantagem Econômica e Racionalização Administrativa:** A contratação global é a opção mais vantajosa economicamente e operacionalmente. A contratação unificada garante ganho de escala e viabiliza melhores condições comerciais. Além disso, o parcelamento geraria custos ocultos altíssimos de gerenciamento (aumento do TCO - Custo Total de Propriedade), exigindo

que a equipe de TI (CMTI) gerenciasse múltiplas plataformas de chamados, relatórios divergentes e lidasse com o "jogo de empurra" entre diferentes operadoras em caso de falha sistêmica. A contratação em lote único mitiga riscos operacionais e administrativos.

4.8. Resultados e benefícios a serem alcançados: A aquisição dos **Circuitos de Alta Disponibilidade** é justificada por promover uma série de resultados e benefícios estratégicos, operacionais e de governança, focados na continuidade e na eficiência. Abaixo, destacam-se os principais benefícios:

4.8.1. Benefícios Estratégicos e de Governança:

4.8.1.1. Modernização e Conformidade: A contratação fortalece a transformação digital da instituição e garante conformidade com o planejamento do órgão, padronizando a comunicação no interior do Estado.

4.8.1.2. Governança de TIC: A exigência de uma plataforma única web com atualização a cada 5 minutos para monitoramento permite gestão transparente e tomada de decisão baseada em dados reais de tráfego e latência.

4.8.2. Resultados Operacionais e Aumento da Produtividade:

4.8.2.1. Continuidade Operacional (Resiliência Automatizada): O benefício fundamental é a alternância automática de **Circuitos** em caso de falha. As Promotorias de Justiça funcionarão sem ociosidade de equipes causada por interrupções na internet.

4.8.2.2. Velocidade e Celeridade: A velocidade mínima de 100 Mbps agilizará sobremaneira a transferência de arquivos volumosos nos sistemas corporativos institucionais (**SIMP e SEI**), garantirá alta qualidade para as transmissões de **videoconferência** e dará celeridade ao acesso externo para o peticionamento no **PJe**, eliminando os atuais gargalos de largura de banda.

4.8.2.3. Qualidade nas Videoconferências: A eliminação de interrupções abruptas aprimorará o atendimento ao cidadão e a participação em audiências online.

4.8.3. Vantagem Competitiva e Tecnológica:

4.8.3.1. Inteligência de Borda: A adoção de equipamentos SD-WAN nativos coloca a rede do Ministério Público maranhense no estado da arte das telecomunicações corporativas, superando as tecnologias legadas de roteamento estático.

4.8.4. Benefícios Econômicos (TCO):

4.8.4.1. Economicidade via SLA Objetivo: A implementação de regras claras e rígidas de Nível de Serviço (prevendo desconto progressivo diretamente na fatura por minutos de indisponibilidade) garante proteção absoluta aos cofres públicos. O Ministério Público remunerará de forma inversamente proporcional a eventuais falhas, reduzindo custos indiretos gerados por inoperância.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos de Negócio

5.1.1. Prover conectividade de dados de alta disponibilidade e roteamento inteligente (SD-WAN) para interligar as Unidades Remotas à **Unidade Sede** do MPMA, garantindo o funcionamento ininterrupto dos sistemas institucionais internos (como o **SIMP** e o **SEI**), a realização de reuniões por **videoconferência** e audiências virtuais, bem como o acesso externo seguro à internet para a utilização do **PJe**.

5.1.2. Aprimorar a resiliência da rede do interior do Estado, eliminando a necessidade de intervenção técnica manual local em caso de indisponibilidade de **Circuitos de dados**, reduzindo o impacto operacional e auxiliando a transformação digital da Instituição.

5.2. Requisitos de Capacitação e Transferência de Conhecimento

5.2.1. A **CONTRATADA** deverá prover o repasse de conhecimento técnico à equipe da CMTI quanto à utilização do Portal de Gerenciamento (Dashboard) exigido neste Termo de Referência.

5.2.2. Deverão ser disponibilizados tutoriais ou manuais, no idioma português, detalhando a extração de relatórios de tráfego, abertura de chamados e a interpretação dos gráficos de latência e disponibilidade.

5.3. Requisitos Legais

5.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Resolução nº 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.3.2. Especificamente para a prestação do serviço de conectividade, a licitante deverá possuir e apresentar Licença, Certificado, Declaração ou Extrato de Termo de Autorização emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), atestando que a empresa está autorizada a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

5.4. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

5.4.1. A solução de conectividade possui natureza crítica e ininterrupta. Sendo assim, a garantia, a manutenção (preventiva, corretiva e evolutiva) e o suporte técnico de toda a infraestrutura física, lógica e dos Equipamentos de Borda deverão ser prestados pela **CONTRATADA** durante todo o período de vigência do contrato.

5.4.2. O monitoramento proativo e o suporte deverão operar no regime 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).

5.4.3. A **CONTRATADA** é a responsável exclusiva pela manutenção corretiva, devendo realizar o diagnóstico e a substituição imediata de ativos de rede (Equipamentos de Borda) e reparo em cabeamento óptico que apresentarem falha, visando manter a disponibilidade da solução e respeitando as tabelas de Níveis de Serviço (SLA) fixadas neste instrumento.

5.5. Requisitos Temporais: O prazo para o fornecimento, instalação e ativação dos **Circuitos** dar-se-á de acordo com a demanda da **CONTRATANTE**, obedecendo rigorosamente aos prazos estipulados no indicador **TEMPO DE INSTALAÇÃO** fixado neste Termo de Referência.

5.6. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

5.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da **CONTRATANTE**.

5.6.2. A arquitetura da rede fornecida deverá ser logicamente independente e isolada de redes de terceiros e da internet pública.

5.6.3. A tecnologia SD-WAN embarcada nos Equipamentos de Borda deverá prover criptografia para o fechamento dos túneis virtuais (VPN) entre as Unidades Remotas e a Sede, assegurando a integridade e a confidencialidade dos dados do MPMA.

5.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

5.7.1. Em obediência à Política Nacional de Resíduos Sólidos e às exigências de sustentabilidade da Lei nº 14.133/2021, os serviços deverão fundamentar-se no uso racional de recursos.

5.7.2. A **CONTRATADA** será a única responsável por recolher e promover a destinação ambientalmente adequada (logística reversa) de todos os rejeitos eletrônicos, sucatas de cabos de fibra óptica, roteadores antigos e baterias utilizados na execução do serviço, retirando-os das dependências do MPMA após manutenções corretivas ou cancelamentos de **Circuitos**.

5.7.3. É vedada a utilização de trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz.

5.8. Requisitos da Arquitetura Tecnológica: O objeto deverá corresponder, integralmente, aos requisitos de infraestrutura, topologia SD-WAN e velocidades descritos no Item “Descrição da Solução de Tecnologia da Informação”.

5.9. Requisitos de Capacitação Técnica da Licitante: A **CONTRATADA** deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação (fornecimento de circuitos de dados corporativos e gerenciamento proativo de equipamentos de rede).

5.10. Requisitos de Independência e Redundância de Infraestrutura: Para garantir a efetiva alta disponibilidade e evitar pontos únicos de falha, a infraestrutura fornecida pela **CONTRATADA** deverá ser física e logicamente independente da infraestrutura que atende o **Circuito preexistente** na respectiva **Unidade Remota**, observados os seguintes critérios objetivos:

5.10.1. **Separação do Transporte de Longa Distância (Backbone):** O tráfego de dados entre o município da **Unidade Remota** e a capital deverá transitar por infraestrutura de transporte (*backbone*) distinta daquela utilizada pela operadora do **Circuito preexistente**, sendo vedado o escoamento por meio da mesma infraestrutura principal de operadora de transporte (*"carrier of carriers"*).

5.10.1.1. **Exceção Técnica (Monopólio de Rota):** Nas localidades em que houver comprovada limitação de infraestrutura viária ou física - existência de rota única de fibra óptica para

saída do município - a **CONTRATADA** deverá atestar formalmente a condição e garantir, obrigatoriamente, o uso de equipamentos ativos de agregação distintos e túneis lógicos de Camada 2 integralmente segregados dos utilizados pela operadora do **Circuito preexistente**.

5.10.2. **Separação Física na Última Milha (*Last Mile*):** A entrega do **Circuito** na **Unidade Remota** será realizada em elemento ativo próprio da **CONTRATADA** ou de parceiro por ela contratado, sendo vedado o compartilhamento, com a infraestrutura que atende o **Circuito preexistente**, de:

5.10.2.1. portas do mesmo equipamento de borda ou de acesso (*switch*, ONU, OLT);

5.10.2.2. mesmo cordão óptico (*drop*) de atendimento à unidade;

5.10.2.3. mesma caixa de emenda terminal; e

5.10.2.4. mesmo elemento ativo de agregação na localidade.

5.10.3. **Obrigação de Resultado Operacional e Físico:** A exigência deste item recai sobre a inexistência de elementos físicos e operacionais compartilhados que configurem Ponto Único de Falha (SPOF). Portanto, além da segregação física comprovada, é **expressamente vedado** à **CONTRATADA** utilizar a infraestrutura da empresa operadora que já atende o **Circuito preexistente** na respectiva Unidade Remota.

5.10.3.1. **Exceção Técnica (Última Milha):** Nas localidades em que houver comprovada limitação de infraestrutura de acesso — existência de um único provedor com rede disponível no endereço — a **CONTRATADA** deverá atestar formalmente a condição e garantir, no mínimo, o uso de **portas e elementos ativos distintos, cordão óptico (*drop*) próprio e túneis lógicos de Camada 2 integralmente segregados** dos utilizados pela operadora do **Circuito preexistente**.

5.10.3.2. **Nota Explicativa:** As exigências deste item não reduzem a competitividade do certame, pois: (i) preservam integralmente a liberdade da licitante de utilizar infraestrutura própria ou contratar provedores locais devidamente outorgados, **com a única exceção daquele que já presta o serviço do Circuito preexistente no local**; (ii) admitem, mediante comprovação, o atendimento em localidades com limitação de infraestrutura; e (iii) justificam-se pela impossibilidade técnica de assegurar redundância real quando ambos os Circuitos compartilham a mesma equipe técnica local ou elemento físico de rede, o que anularia a finalidade de contingência desta contratação.

5.10.4. **Comprovação e Fiscalização:** A comprovação da segregação será exigida **por Circuito**, por ocasião da homologação técnica do mesmo, mediante apresentação de: (i) declaração técnica da **CONTRATADA**; (ii) diagrama de topologia lógica; (iii) mapa do traçado de fibra óptica (arquivos KMZ/KML) da localidade; e (iv) identificação do elemento ativo terminador.

5.10.4.1. A comprovação poderá ser reiterada a qualquer tempo durante a vigência contratual, por amostragem ou mediante indício de compartilhamento, notadamente a ocorrência de

indisponibilidade simultânea do **Circuito** e do **Circuito preexistente** na mesma **Unidade Remota**, admitida a vistoria técnica *in loco*.

5.10.4.2. Não se exige comprovação prévia à apresentação das propostas, bastando a declaração de atendimento aos requisitos deste item.

5.10.4.3. A constatação de compartilhamento não declarado de elementos físicos com a infraestrutura do **Circuito preexistente** caracteriza inexecução contratual grave, sujeitando a **CONTRATADA** às sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da consideração do **Circuito** como indisponível na forma do item que descreve o indicador **DISPONIBILIDADE**.

5.10.5. **Da Participação da Operadora do Circuito Preexistente:** A condição de atual prestadora do **Circuito preexistente** não constitui impedimento à participação neste certame, sendo assegurada a qualquer licitante regularmente habilitada a disputa em igualdade de condições.

5.10.6. Caso a **CONTRATADA** venha a ser a mesma operadora do **Circuito preexistente**, permanecem integralmente exigíveis os requisitos de **"Separação do Transporte de Longa Distância (Backbone)"** e de **"Separação Física na Última Milha"** , devendo a entrega ocorrer por *backbone*, rota de última milha, cordão óptico (*drop*) e elementos ativos **distintos daqueles já por ela utilizados** na respectiva **Unidade Remota**.

5.10.7. Na hipótese de a **CONTRATADA** ser a mesma operadora do **Circuito preexistente**, não se aplicam as "Exceções Técnicas" previstas nesta seção , uma vez que a limitação de rota ou de infraestrutura de acesso, quando ambos os **Circuitos** pertencem à mesma operadora, não configura compartilhamento entre prestadores distintos, mas concentração integral do serviço em um único domínio de falha, incompatível com a finalidade desta contratação.

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1. São obrigações da CONTRATANTE (conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021):

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

6.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.1.6. Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

6.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

6.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual sobre os artefatos produzidos para o MPMA (documentação técnica, diagramas e configurações) pertençam à Administração. Justifica-se a não exigência de cessão de código-fonte por se tratar de serviço de conectividade com solução de SD-WAN nativa de mercado, sem desenvolvimento de software sob demanda;

6.1.9. Prover o acesso físico às dependências da **Unidade Sede** e das Unidades Remotas para vistorias, instalações e manutenções, bem como disponibilizar infraestrutura interna básica (espaço e energia elétrica) para o funcionamento dos Equipamentos de Borda.

6.2. São obrigações da CONTRATADA (conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021):

6.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à **CONTRATANTE**, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela **CONTRATANTE**;

6.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

6.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

6.2.6. É permitida a subcontratação exclusivamente para a infraestrutura de última milha, sendo expressamente vedada a subcontratação da gestão administrativa, financeira e do nível de serviço (SLA), devendo a **CONTRATADA** manter a responsabilidade direta pela interlocução com a fiscalização;

6.2.7. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

6.2.8. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

6.2.9. Ceder à Administração os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os artefatos produzidos para o MPMA em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação técnica, os diagramas, as configurações e os eventuais modelos e bases de dados gerados, não sendo exigida a cessão de código-fonte nem dos direitos sobre a solução SD-WAN de mercado ofertada;

6.2.10. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da **CONTRATANTE** ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso;

6.2.11. Fornecer, instalar, configurar e manter todos os meios físicos e lógicos (incluindo Equipamentos de Borda SD-WAN), cumprindo integralmente a exigência de independência e redundância de infraestrutura em relação ao **Circuito preexistente**.

6.2.12. Apresentar, antes do início da instalação dos primeiros Circuitos, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução, emitida pelo responsável técnico no CREA, referente aos serviços de implantação, mantendo-a atualizada em caso de substituição do profissional.

6.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

6.3.1. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços, que é também o único órgão usuário da Ata, não havendo órgãos participantes, nos termos do art. 23 da Resolução CNMP nº 283/2024:

6.3.1.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

6.3.1.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

6.3.1.3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

6.3.1.4. Não autorizar o fornecimento a órgãos não participantes, conforme o item "Adesão à Ata de Registro de Preços";

6.3.1.5. Comunicar-se com a CONTRATADA por meio de ofício, telefone, sistema de chamados da CONTRATADA e e-mail institucional oficial, ficando definidos como eventos a serem reportados o reporte imediato de indisponibilidade sistêmica, a cargo do preposto da CONTRATADA, e o envio mensal dos relatórios de Nível de Serviço (SLA) pelo preposto da CONTRATADA;

6.3.1.6. Controlar o fornecimento da solução de TIC, observando que a capacidade mínima de fornecimento obedecerá aos prazos fixados no indicador TEMPO DE INSTALAÇÃO e que se dispensa a gestão de filas ou a redistribuição de demandas, por não haver órgãos participantes ou não participantes;

6.3.1.7. Permitir a substituição da solução registrada apenas por fatores supervenientes (ex.: obsolescência do equipamento SD-WAN ofertado), por meio de apostilamento à Ata de Registro de Preços, mediante verificação técnica e Prova de Conceito de que o novo equipamento ou circuito entregará performance equivalente ou superior às especificações técnicas e à proposta homologadas do objeto original;

6.3.1.8. Não exigir Prova de Conceito do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, uma vez que a conformidade técnica de cada Circuito é comprovada na homologação técnica, nos testes e na segregação de infraestrutura previstos neste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Rotinas de Execução e Encaminhamento Formal de Demandas

7.1.1. O Gestor do contrato ou fiscal administrativo enviará a solicitação de instalação, mudança de endereço (remanejamento) ou cancelamento por meio de comunicação oficial eletrônica (e-mail) ou Ordem de Fornecimento de Serviços (OFS) para a **CONTRATADA**, visando as devidas providências para a execução do objeto.

7.1.2. Em até 15 dias corridos da assinatura do Contrato, a **CONTRATADA** elaborará, em conjunto com a **CONTRATANTE**, o **Plano de Implantação**, aplicável à instalação do lote inicial de circuitos listados no Anexo I - Unidades Remotas. O Plano de Implantação priorizará, nos primeiros lotes, as Unidades Remotas de maior criticidade e as localidades de maior dependência de conectividade, conforme definido pela CONTRATANTE.

7.2. Forma de Execução e Condições de Entrega (Instalação e Testes)

7.2.1. **Prazo de Instalação:** A **CONTRATADA** deverá obedecer à meta de concluir a instalação em até 30 dias corridos para cada lote de até 20 Circuitos demandados em uma mesma solicitação. Os prazos serão acrescidos proporcionalmente em 30 dias a cada novo lote adicional de até 20 solicitações.

7.2.2. **Infraestrutura Física:** Caberá à **CONTRATADA** a passagem de cabos e fios no ambiente externo até o local de instalação definido, utilizando-se das infraestruturas guias existentes.

7.2.3. **Testes de Aceitação:** Notificada a conclusão da instalação pela operadora, a **CONTRATANTE** testará a velocidade e a conectividade LAN to LAN. A medição da velocidade ocorrerá através do programa de código aberto *iPerf3* (ou superior), gerando tráfego bidirecional simétrico entre a **Unidade Sede** e a Unidade Remota.

7.2.4. **Gerência:** Logo após a instalação, a operadora deverá obrigatoriamente liberar acesso via protocolo SNMP (permissão de leitura) ao Equipamento de Borda para monitoramento pela equipe do MPMA.

7.2.5. A homologação por e-mail, após o sucesso dos testes, caracteriza o **Aceite Técnico de Ativação do Circuito**, liberando o seu faturamento mensal.

7.3. Remanejamentos, Cancelamentos e Escalabilidade

7.3.1. **Mudança de Endereço:** aplica-se o disposto no item "Da Mudança de Endereço".

7.3.2. **Cancelamento:** aplica-se o disposto no item "Do cancelamento de Circuito".

7.3.3. **Escalabilidade:** aplica-se o disposto no item "Da Escalabilidade de Banda e Alteração de Capacidade".

7.4. Regras para Subcontratação da Última Milha

7.4.1. Tratando-se de serviço de telecomunicações de grande capilaridade geográfica, é permitida a subcontratação de provedores regionais estritamente para o fornecimento da "última milha" (*last mile*) de fibra óptica até as Unidades Remotas.

7.4.2. A subcontratação fica condicionada à rigorosa observância dos **"Requisitos de Independência e Redundância de Infraestrutura"**, respondendo a **CONTRATADA** pela comprovação da segregação física, qualquer que seja o parceiro utilizado.

7.4.3. A **CONTRATADA** principal permanece integralmente e solidariamente responsável por todos os níveis de serviço (SLA), prazos e qualidade da conexão entregue por seus subcontratados.

7.4.4. A **CONTRATADA** deverá apresentar previamente à fiscalização a relação nominal e o CNPJ dos parceiros locais (subcontratados) que atuarão em cada localidade, mantendo essa lista atualizada durante toda a vigência do contrato.

7.4.5. Fica resguardado à Administração o direito de recusar subcontratados que descumpram os requisitos de independência de infraestrutura ou as normativas de segurança do MPMA.

7.4.6. Para dar efetividade à vedação de Ponto Único de Falha (SPOF), a **CONTRATADA** está terminantemente proibida de utilizar ou compartilhar a infraestrutura de rede da operadora do **Circuito preexistente**.

7.4.7. Durante a fase de homologação (**Aceite Técnico de Ativação**), a constatação de uso da infraestrutura física pertencente à operadora do Circuito preexistente impedirá o aceite técnico do respectivo Circuito e sujeitará a **CONTRATADA** às sanções contratuais.

7.5. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

7.5.1. Ao término do contrato, cabe exclusivamente à CONTRATADA o ônus e o agendamento para a retirada de seus Equipamentos de Borda da localidade, ficando o MPMA isento de qualquer responsabilidade sobre os ativos a partir do término. No cancelamento de um Circuito, aplica-se o disposto no item "Do cancelamento de Circuito".

7.5.2. A retirada de equipamentos e cabos deverá ser feita sem causar danos à infraestrutura predial da **CONTRATANTE**.

7.6. Mecanismos Formais de Comunicação

7.6.1. A comunicação formal para demandas contratuais e administrativas ocorrerá por e-mail oficial (a ser definido pela CMTI).

7.6.2. O primeiro contato técnico para triagem local ou agendamento de manutenção será realizado pela **CONTRATADA** diretamente com a Unidade afetada, utilizando-se da lista oficial de telefones fornecida pelo MPMA.

7.6.3. Os acionamentos técnicos de 2º e 3º níveis ocorrerão preferencialmente por meio da plataforma única via web disponibilizada pela **CONTRATADA** para abertura de chamados.

7.7. Termo de Ciência e Sigilo

7.7.1. Em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** entregará à **CONTRATANTE** o Termo de Ciência, contendo declaração de manutenção de sigilo e de respeito às normas de segurança da informação vigentes no MPMA.

7.7.2. O documento deverá ser assinado pelo representante legal da empresa e por todos os empregados diretamente envolvidos na execução contratual (incluindo os técnicos subcontratados com acesso às dependências ou aos ativos do MPMA), sendo a sua entrega condição obrigatória para o início da operação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Formalização da contratação

8.5.1. A contratação será formalizada mediante a emissão da nota de empenho e/ou assinatura de contrato, cujo envio se dará por meio eletrônico.

8.6. Fiscalização

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.7. Fiscalização Técnica

8.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

8.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

8.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

8.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. Fiscalização Administrativa

8.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.9. Gestor do Contrato

8.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.10. Critérios de Aceitação

8.10.1. A avaliação da qualidade do objeto entregue, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

8.10.1.1. Todos os **Circuitos** e **Equipamentos de Borda** devem estar plenamente operacionais, instalados de forma definitiva e com a gerência SNMP liberada para a **CONTRATANTE**, não sendo admitidas ativações precárias ou em caráter de teste provisório desprovido de estabilidade.

8.10.1.2. Só haverá o **Aceite Técnico de Ativação** de cada **Circuito** após a análise da qualidade dos serviços em face do cumprimento das velocidades contratadas, resguardando-se à **CONTRATANTE** o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO.

8.11. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.11.1. O procedimento principal de aferição de banda consistirá na execução do programa de código aberto *iPerf3* a partir do Datacenter da **Unidade Sede** até o Equipamento de Borda instalado na Unidade Remota, gerando tráfego bidirecional simétrico para atestar o cumprimento estrito da banda base de 100 Mbps exigida.

8.11.2. Além do teste de capacidade do circuito (banda), a homologação técnica exigirá a comprovação do roteamento efetivo e da passagem transparente do tráfego da rede local (LAN).

8.11.3. O teste funcional consistirá na comunicação bem-sucedida entre um ativo de rede da **CONTRATANTE** (switch ou estação de trabalho) conectado à porta LAN do Equipamento de Borda na Unidade Remota e os servidores internos localizados no Datacenter da **Unidade Sede**.

8.11.4. A ativação só será considerada concluída se houver a comprovação do correto encapsulamento, transporte e entrega dos rótulos de VLAN (protocolo IEEE 802.1Q) entre as pontas, garantindo que a Unidade Remota tenha acesso pleno aos sistemas institucionais pela rede privada.

8.12. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

8.12.1. As regras, as responsabilidades e a apuração dos indicadores de Nível de Serviço (SLA) para cada **Circuito** iniciarão sua vigência a partir da data de sua respectiva homologação técnica ((Aceite Técnico de Ativação).

8.12.2. A gestão e fiscalização do contrato se darão mediante o acompanhamento rigoroso dos indicadores de desempenho, disponibilidade e tempos de atendimento estipulados na seção **"Dos Níveis de Serviço (SLA) dos Circuitos"**.

8.12.3. O monitoramento proativo da infraestrutura lógica e física do **Circuito**, com a finalidade de identificar falhas e restabelecer os serviços, é de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**. A **CONTRATANTE** realizará o seu próprio monitoramento paralelo, via protocolo SNMP e disparo automatizado de pings, com a finalidade estrita de auditoria e aferição dos indicadores do Acordo de Nível de Serviço (SLA).

8.12.4. A manutenção corretiva consiste no diagnóstico e conserto de defeitos ou falhas de funcionamento apresentados nos **Circuitos** e **Equipamentos de Borda**, englobando suporte técnico em regime ininterrupto de 24x7x365.

8.12.5. Os incidentes (quedas parciais ou totais de conectividade) deverão ser atendidos e solucionados pela **CONTRATADA** independentemente de acionamento por parte da **CONTRATANTE**, competindo à operadora realizar o primeiro contato de triagem diretamente com a unidade afetada em até 20 minutos após a queda do **Circuito**.

8.12.6. Durante o atendimento técnico é expressamente vedado à **CONTRATADA** exigir que a equipe local da **CONTRATANTE** realize verificações físicas, testes de energia, reinicialização de equipamentos (reboot) ou forneça evidências de que os ativos estão ligados. O diagnóstico remoto ou o envio presencial de técnicos ao local é de competência exclusiva da operadora. A confirmação de eventual falta de energia elétrica local observará o item "Exclusão por Falta de Energia Elétrica Local", a cargo da fiscalização, e não se confunde com a vedação prevista neste item.

8.13. Acordo de Nível de Serviço (SLA) e Mecanismos de Contestação

8.13.1. Requisitos e Indicadores: A **CONTRATADA** deve garantir o cumprimento incondicional das metas de SLA descritas de forma detalhada e exaustiva no Item "**Dos Níveis de Serviço (SLA) dos Circuitos**" deste instrumento (indicadores de **DISPONIBILIDADE**, **TEMPO DE INSTALAÇÃO** e **TEMPO DE CONFIGURAÇÃO**), sob pena de aplicação de glosas e reduções progressivas descontadas diretamente do valor da fatura mensal.

8.13.2. Direito de Contestação: É assegurado à **CONTRATADA** o direito de contestar os resultados da apuração mensal do Acordo de Nível de Serviço elaborada pela fiscalização, bem como de apresentar as devidas justificativas técnicas para tal.

8.13.3. Anulação de Glosas por Justificativa: A contestação, quando devidamente fundamentada e acompanhada de relatórios técnicos conclusivos, poderá resultar na anulação das glosas incidentes, exclusivamente nos casos em que for comprovado que a indisponibilidade foi gerada por responsabilidade da **CONTRATANTE** (como ausência de energia elétrica local) ou evento de força maior que isente a operadora.

8.13.3.1. Exclusão por Falta de Energia Elétrica Local: Não será computado como indisponibilidade o período em que o Equipamento de Borda estiver sem energia elétrica por falha no fornecimento da Unidade Remota, observado o seguinte:

8.13.3.1.1. No primeiro contato de triagem com a Unidade, realizado em até 20 minutos após a queda do Circuito, a CONTRATADA registrará no chamado a informação prestada pela Unidade sobre a falta de energia; ou

8.13.3.1.2. Em até 24 (vinte e quatro) horas da queda, a CONTRATADA poderá registrar no chamado indícios técnicos da falta de energia, tais como o registro de reinício do Equipamento de Borda (contador de tempo ligado zerado), o alarme de perda de alimentação (last gasp), quando disponível, e o histórico de indisponibilidade simultânea de outros serviços da localidade;

8.13.3.1.3. A fiscalização confirmará ou não a ocorrência em até 2 (dois) dias úteis, mediante contato com a Unidade ou consulta ao seu próprio monitoramento, não se confundindo essa confirmação com a vedação de a CONTRATADA exigir verificações físicas da equipe local;

8.13.3.1.4. Confirmada a falta de energia, será excluído da apuração o período compreendido entre a queda e o restabelecimento do fornecimento, acrescido de até 1 (uma) hora para a reinicialização do equipamento; não confirmada, aplicam-se normalmente os descontos, assegurado o direito de contestação.

8.13.3.1.5. A ausência de manifestação da fiscalização no prazo não impede a apreciação do pedido na apuração mensal.

8.13.4. Cumulação de Glosas e Penalidades: As eventuais glosas e reduções de pagamento decorrentes do não atingimento das metas possuem natureza de ajuste compensatório direto, caracterizando inexecução parcial ou total do serviço. Elas são deduzidas de forma cumulativa e não substituem, tampouco alteram, a possibilidade de aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas neste instrumento.

8.14. Sistema de Abertura de Chamados

8.14.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um sistema de abertura de chamados via WEB com aderência às melhores práticas do ITIL, garantindo rastreabilidade, registro de histórico e geração de número de protocolo para todas as interações e incidentes reportados.

8.14.2. Os chamados abertos só poderão ser encerrados após a confirmação da solução definitiva do incidente e autorização expressa de funcionário designado pela **CONTRATANTE**.

8.14.3. A **CONTRATANTE** informará oficialmente as pessoas (ou perfis/grupos da equipe de TI) autorizadas a abrir, interagir e validar o fechamento de chamados junto à **CONTRATADA**.

8.15. Portal de Gerenciamento

8.15.1. A **CONTRATADA** deverá fornecer um portal único via web (HTTPS) para acompanhamento, monitoramento e consulta ao histórico de todos os **Circuitos** ativos, com as funcionalidades mínimas descritas adiante.

8.15.2. Permitir a emissão de relatórios e gráficos de desempenho, utilização de banda (tráfego) e disponibilidade consolidada de cada **Circuito**.

8.15.3. Garantir a atualização e o reflexo dos dados de monitoramento no portal com granularidade máxima de 5 minutos.

8.15.4. Permitir a exportação de dados históricos para formato CSV e assegurar o armazenamento e a disponibilidade da base histórica por, no mínimo, 12 (doze) meses.

8.16. Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.16.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução do objeto, a **CONTRATANTE** registrará as ocorrências e aplicará os descontos diretamente na fatura mensal do respectivo **Circuito**, conforme as métricas de tempo e as regras de negócio estipuladas rigorosamente no Item "**DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**" deste Termo de Referência.

8.16.2. Ocorrendo o descumprimento contumaz das metas de Acordo de Nível de Serviço (SLA) ou inoperância sistêmica que comprometa as atividades institucionais, a fiscalização reportará o fato à autoridade competente para a abertura de processo administrativo sancionatório, garantindo-se a ampla defesa à **CONTRATADA**.

8.16.3. Nos termos da Resolução nº 283, de 5 de fevereiro de 2024, do CNMP, ficam fixados os procedimentos de retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA**:

8.16.3.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados exigidos de disponibilidade ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.16.3.2. Deixar de utilizar os recursos tecnológicos e humanos exigidos para o fornecimento do **Circuito**, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.17. Da Garantia de Execução Contratual

8.17.1. Será exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nas modalidades do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a critério da **CONTRATADA**.

8.17.2. A garantia será apresentada em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato e mantida válida durante toda a vigência, acrescida de 3 (três) meses após o término contratual, devendo ser atualizada sempre que houver reajuste ou aditivo de valor.

8.17.3. A garantia responderá por multas aplicadas, prejuízos causados à **CONTRATANTE** e obrigações não adimplidas, e será liberada após o recebimento definitivo e a comprovação da retirada integral dos **Equipamentos de Borda** das **Unidades** após o encerramento do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento Provisório (Mensal)

9.1.1. O recebimento provisório será realizado mensalmente pelo Fiscal Técnico do contrato, mediante a aferição do cumprimento das métricas de Nível de Serviço (SLA) e emissão de relatório técnico, cabendo ao Fiscal Administrativo a verificação da regularidade fiscal, trabalhista e documental para fins de ateste e liquidação da despesa, de acordo com as disposições deste Termo de Referência e em estrita observância ao princípio da segregação de funções.

9.1.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar uma única Nota Fiscal (ou documento de cobrança equivalente) englobando o faturamento de todos os **Circuitos** ativos no mês de apuração, acompanhada de um Relatório de Níveis de Serviço (SLA) consolidado emitido por sua plataforma de gestão.

9.1.3. Fica expressamente dispensada a emissão de termos de recebimento individualizados por **Circuito**. O aceite provisório e o atesto definitivo da fiscalização recairão sobre a medição mensal global, aplicando-se as glosas e descontos cabíveis de forma somada na fatura apresentada.

9.2. Da Conformidade e Glosas

9.2.1. A apuração oficial do indicador de DISPONIBILIDADE é a realizada pelo sistema de monitoramento da **CONTRATANTE**, de acordo com as regras de aferição e isolamento de sondas estabelecidas neste Termo de Referência. O Relatório de Níveis de Serviço emitido pela **CONTRATADA** possui caráter subsidiário, destinado apenas à conferência e à instrução da nota fiscal. Havendo divergência, prevalecerá a apuração da **CONTRATANTE**, ressalvado o direito de contestação fundamentada, e as glosas serão aplicadas diretamente sobre a fatura mensal consolidada, discriminadas por **Circuito**.

9.2.2. Eventuais créditos de serviço ou descontos gerados por inexecução parcial deverão vir detalhados na Nota Fiscal ou em documento de cobrança equivalente.

9.3. Do Recebimento Definitivo

9.3.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a validação do Relatório de SLA consolidado pela fiscalização e a confirmação de que os **Circuitos** operaram de acordo com as especificações exigidas, resultando no atesto da Nota Fiscal para fins de liquidação.

9.3.2. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação.

9.3.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.3.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.4. Liquidação

9.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente expressa os elementos necessários e essenciais, devendo estar obrigatoriamente acompanhada de:

9.4.2.1. Relatório de Níveis de Serviço (SLA) consolidado referente ao período faturado, para fins de verificação de conformidade e aplicação de eventuais glosas de indisponibilidade nos **Circuitos**;

9.4.2.2. A data da emissão, o período respectivo de execução (disponibilidade) do serviço e o valor a pagar.

9.4.2.3. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou aos sítios eletrônicos oficiais.

9.4.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus à **CONTRATANTE**.

9.5. Prazo e Forma de Pagamento

9.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.5.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pela **CONTRATADA**.

9.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.5.5. O pagamento observará a ordem cronológica das exigibilidades, por fonte de recursos, na categoria de prestação de serviços, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses de alteração previstas no § 1º do mesmo artigo, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas competente.

9.6. Reajustamento

9.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, em **30/07/2026**.

9.6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se ICTI (Índice de Custos de Tecnologia da Informação), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.9. Para fins deste Termo de Referência, considera-se **inexecução parcial** o descumprimento injustificado e reiterado de prazos de instalação (Acordo de Nível de Serviço), a entrega de velocidades inferiores às contratadas que não sejam sanadas tempestivamente, ou a configuração incorreta dos **Equipamentos de Borda** que limite a fruição dos serviços.

10.1.10. Para fins deste Termo de Referência, considera-se **inexecução total** o abandono da prestação dos serviços, a indisponibilidade crítica sistêmica e reiterada dos **Circuitos** que inviabilize o funcionamento das unidades do MPMA, ou a não entrega do quantitativo mínimo exigido para o início da operação.

10.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas de inexecução parcial com grave dano ou retardamento da execução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas condutas fraudulentas, inidôneas, apresentação de documentação falsa ou atos lesivos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor mensal do Circuito cuja instalação, mudança de endereço ou ativação esteja em atraso, até o limite de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021;

10.2.4.2. Compensatória, para as infrações de apresentação de documentação falsa, atos fraudulentos ou inidôneos, de 5% a 15% do valor do contrato;

10.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 20% a 30% do valor do contrato;

10.2.4.4. Para a inexecução parcial do contrato a multa será calculada exclusivamente sobre o valor mensal dos **Circuitos** efetivamente afetados, observada a seguinte gradação:

10.2.4.4.1. Infração leve — atraso ou descumprimento pontual, sem prejuízo à continuidade operacional: 10% a 20% do valor da parcela inadimplida;

10.2.4.4.2. Infração grave — descumprimento reiterado de prazos, entrega de velocidade inferior à contratada não sanada, ou configuração incorreta do **Equipamento de Borda**: 20% a 30% do valor da parcela inadimplida.

10.2.4.5. Na dosimetria, observar-se-ão os critérios do art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021, especialmente a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes e o histórico de execução da **CONTRATADA**.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4. Os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;

10.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.9. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.10. A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.12. Os débitos da **CONTRATADA** para com a Procuradoria Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 78, inciso IV, e arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, considerando o critério de julgamento por **Menor Preço Global**.

11.1.2. A contratação será realizada mediante autorização da autoridade competente, observando-se as condições e especificações previamente estabelecidas, de forma a assegurar as melhores condições para a Administração. Justifica-se o julgamento por Preço Global devido à natureza indivisível da solução de conectividade SD-WAN, que exige padronização tecnológica e gestão centralizada.

11.2. Da aplicação da Margem de Preferência

11.2.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

11.3. Da Comprovação de Capacidade de Execução (Art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

11.3.1. Para efeito de qualificação técnica, a licitante deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional mínima adequada para a execução do **OBJETO** pretendido mediante comprovação de prestação bem-sucedida de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente contratação, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021. Considera-se parcela de maior relevância do objeto o fornecimento e a manutenção de circuitos dedicados de comunicação de dados em fibra óptica, com monitoramento e níveis de serviço, por representarem o núcleo técnico e financeiro da contratação. Exige-se a comprovação de, no mínimo, 63 (sessenta e três) circuitos, quantidade equivalente a 50% das 126 Unidades Remotas constantes do Anexo I, mediante apresentação de um ou mais **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**. Não se exige que os circuitos tenham sido executados simultaneamente, nem que os atestados envolvam solução SD-WAN.

11.3.2. Como condição para a habilitação, a licitante deverá apresentar Licença, Certificado, Declaração ou Extrato de Termo de Autorização emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (**ANATEL**), atestando que a empresa está autorizada a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

11.3.3. Será admitido o somatório de atestados para a comprovação da capacidade técnica do licitante.

11.3.4. A licitante deverá apresentar comprovação de que possui, no quadro da empresa, profissional da área de Engenharia com registro no CREA e experiência comprovada através de atestado de responsabilidade técnica de execução de serviço fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente averbado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), que contemplem a execução e/ou manutenção de atividades compatíveis com o objeto desta contratação.

11.3.4.1. O profissional deverá pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que

comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

11.3.4.2. O profissional de Engenharia citado deverá possuir atribuições registradas no CREA compatíveis com o objeto desta contratação, a exemplo das seguintes áreas: Engenharia de Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia de Redes, Engenharia de Segurança da Informação, Engenharia de Infraestrutura de TI, Engenharia de Redes de Comunicação, Engenharia de Computação e Redes, Engenharia de Virtualização de Redes, Engenharia de Data Center, Engenharia de Hardware, Engenharia de Gerenciamento de TI, Engenharia de Redes Definidas por Software (SDN), Engenharia de Sistemas de Comunicação, Engenharia de Redes Ópticas, Engenharia de Roteamento e Switching, Engenharia de Cabeamento Estruturado, Engenharia de Performance de Redes, Engenharia de Segurança em Redes, Engenharia de Protocolos de Rede, Engenharia de Transmissão de Dados, Engenharia de Redes de Longa Distância (WAN), Engenharia de Redes Privadas Virtuais (VPN), Engenharia de Sistemas de Comunicação por Satélite, Engenharia de Radiocomunicações, Engenharia de Sistemas de Rede de Próxima Geração (NGN), Engenharia de Serviços de Rede, Engenharia de Infraestrutura de Redes de Fibra Óptica, Engenharia de Inteligência de Tráfego de Rede, Engenharia de Otimização de Redes, Engenharia de Monitoramento de Redes, Engenharia de Automação de Redes, Engenharia de Planejamento de Redes, ou de outra habilitação equivalente reconhecida pelo sistema CONFEA/CREA que contemple atividades de redes de comunicação de dados, bem como a Engenharia Elétrica com atribuição em Eletrônica/Telecomunicações.

11.3.4.3. A licitante deverá comprovar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), mediante Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica dentro do prazo de validade, nos termos do art. 67, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, acompanhada da Certidão de Registro e Quitação do profissional indicado. A licitante registrada em outra Unidade da Federação deverá apresentar o visto do CREA-MA até a assinatura do contrato.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo total médio estimado para o Registro de Preços referente ao item 1 (**Circuitos**), abrangendo um período de 5 (cinco) anos, totaliza **R$ 18.333.360,00 (dezoito milhões, trezentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta reais)**.

12.2. Consequentemente, o custo médio estimado anual é de **R$ 3.666.672,00 (três milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais)**.

12.3. Esses valores foram apurados conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com a metodologia, as fontes e o tratamento dos preços detalhados no mapa de preços constante nos autos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total mensal (todos os 200 itens por 1 mês)	Valor total anual (todos os 200 itens por 1 ano)	Valor total do contrato de apenas um único item por 5 anos	Valor total do contrato (todos os 200 itens por 5 anos)
1	Serviço Mensal de Circuito de Alta Disponibilidade - Banda Base de 100 Mbps	26476	Circuito	200	R$ 1.527,78	R$ 305.556,00	R$ 3.666.672,00	R$ 91.666,80	R$ 18.333.360,00

13. DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. **Adesão à Ata de Registro de Preços:** Não será prevista no instrumento convocatório a possibilidade de fornecimento a órgãos não participantes (caronas), nos termos do art. 23, incisos IV e VI, alínea "b", da Resolução CNMP nº 283/2024, que condiciona essa possibilidade à previsão no instrumento convocatório. A medida justifica-se pela topologia customizada da rede (LAN to LAN fechada com túneis que convergem exclusivamente para o Datacenter do MPMA), sendo tecnicamente inviável seu uso seguro por terceiros, o que afasta, no caso concreto, a recomendação do parágrafo único do mesmo artigo quanto à adesão por outros ramos ou unidades do Ministério Público.

13.2. **Da Vigência:** aplica-se o prazo de validade da Ata de Registro de Preços previsto no item "Da Validade da Ata de Registro de Preços"**.**

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária onera somente as contratações efetivamente realizadas (empenhos).

14.2. Para as contratações decorrentes desta Ata, a despesa correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do exercício em que ocorrer a assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, na classificação funcional programática:

14.2.1. **Ação:** Plano de Contratações Anual 2026;

14.2.2. **Subação:** SERVIÇO DE CONECTIVIDADE DE DADOS;

14.2.3. **Natureza de despesa:** Serviço Continuado;

14.2.4. **Nível de prioridade:** Alta.

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14.4. **Cronograma Físico-Financeiro**

Evento	Prazo estimado	Valor
Ativação Inicial	Conforme Plano de Implantação (prazos estipulados no indicador **TEMPO DE INSTALAÇÃO**).	Sem custo de adesão/instalação.
Recebimento Provisório	Mensal (aferição de banda via iPerf3 e consolidação do Relatório de SLA).	Não se aplica.
Recebimento Definitivo	Até 10 dias úteis após o recebimento provisório.	Não se aplica.
Liquidação e Pagamento	Mensal. Pagamento em até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.	Valor Mensal (deduzidas eventuais glosas de SLA).

Equipe de Planejamento da Contratação			
Autoridade Competente da Área de TI	**Integrante Requisitante**	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
THIAGO NUNES DE SOUSA:02743842300 Assinado de forma digital por THIAGO NUNES DE SOUSA:02743842300 Dados: 2026.10.26 14:31:25 -03'00'	DANIELA NASCIMENTO MONTELO:96458020325 Assinado de forma digital por DANIELA NASCIMENTO MONTELO:96458020325 Dados: 2026.10.28 08:07:29 -03'00'	JOSE DA SILVA LUCENA:96794976315 Assinado de forma digital por JOSE DA SILVA LUCENA:96794976315 Dados: 2026.10.26 08:38:58 -03'00'	EDILSON SOARES LIMA:23544759349 Assinado de forma digital por EDILSON SOARES LIMA:23544759349 Dados: 2026.11.03 10:14:53 -03'00'
Thiago Nunes de Sousa	**Daniela Nascimento Montelo**	**José da Silva Lucena**	**Edilson Soares Lima**
Matrícula: 1071452	**Matrícula: 1071575**	**Matrícula: 1071469**	**Matrícula: 1069194**

Anexo I - Unidades Remotas

TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS DE TIC - LEI 14.133/2021

1. **Código da Unidade:** CCA. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65071-380. **Logradouro:** Rua Oswaldo Cruz. **Número:** 1396. **Referências:** Centro Cultural e Administrativo do MPMA - CCA. **Latitude:** -2.532672. **Longitude:** -44.291441.
2. **Código da Unidade:** PJ-ACAILANDIA. **Endereço: Cidade:** Açailândia. **Bairro:** Residencial Tropical. **CEP:** 65930-000. **Logradouro:** Avenida José Edilson Caridade Ribeiro. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.952139. **Longitude:** -47.476589.
3. **Código da Unidade:** PJ-ALCANTARA. **Endereço: Cidade:** Alcântara. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65250-000. **Logradouro:** Praça Gomes de Castro. **Número:** 10. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.408652. **Longitude:** -44.417419.
4. **Código da Unidade:** PJ-ALTO-PARNAIBA. **Endereço: Cidade:** Alto Parnaíba. **Bairro:** Santa Cruz. **CEP:** 65810-000. **Logradouro:** Avenida Governador José Sarney. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -9.108146. **Longitude:** -45.930950.
5. **Código da Unidade:** PJ-AMARANTE. **Endereço: Cidade:** Amarante do Maranhão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65923-000. **Logradouro:** Rua Félix Gomes. **Número:** 201. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.571340. **Longitude:** -46.744858.
6. **Código da Unidade:** PJ-ANAJATUBA. **Endereço: Cidade:** Anajatuba. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65490-000. **Logradouro:** Rua Nina Rodrigues. **Número:** 491. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.265373. **Longitude:** -44.616710.
7. **Código da Unidade:** PJ-ARAIOSES. **Endereço: Cidade:** Araioses. **Bairro:** Comprida. **CEP:** 65570-000. **Logradouro:** Avenida José de Alencar. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo ao IFMA. **Latitude:** -2.892234. **Longitude:** -41.915808.
8. **Código da Unidade:** PJ-ARAME. **Endereço: Cidade:** Arame. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65945-000. **Logradouro:** Avenida Guarim. **Número:** 380. **Referências:** Próximo ao Posto Palito. **Latitude:** -4.891203. **Longitude:** -46.011963.
9. **Código da Unidade:** PJ-ARARI. **Endereço: Cidade:** Arari. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65480-000. **Logradouro:** Rua Joaquim Imbraim Ferreira. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Defensoria Pública. **Latitude:** -3.454315. **Longitude:** -44.782268.
10. **Código da Unidade:** PJ-AZEITAO. **Endereço: Cidade:** São Domingos do Azeitão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65888-000. **Logradouro:** Rua das Flores. **Número:** 29. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -6.813837. **Longitude:** -44.644318.
11. **Código da Unidade:** PJ-BACABAL. **Endereço: Cidade:** Bacabal. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65700-000. **Logradouro:** Avenida Barão do Rio Branco. **Número:** 215. **Referências:** Esquina com rua Manuel Alves de Abreu. **Latitude:** -4.230016. **Longitude:** -44.775596.
12. **Código da Unidade:** PJ-BACURI. **Endereço: Cidade:** Bacuri. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65270-000. **Logradouro:** Rua Antonio Dino. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Praça Bacuri. **Latitude:** -1.728883. **Longitude:** -45.141533.
13. **Código da Unidade:** PJ-BALSAS. **Endereço: Cidade:** Balsas. **Bairro:** Potosi. **CEP:** 65800-000. **Logradouro:** Rua José Coelho Noleto. **Número:** 155. **Referências:** Perto da Câmara Municipal. **Latitude:** -7.518762. **Longitude:** -46.038219.
14. **Código da Unidade:** PJ-BARAO-GRAJAU. **Endereço: Cidade:** Barão de Grajaú. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65660-000. **Logradouro:** Avenida Mario Bezerra. **Número:** 574. **Referências:** Perto do Fórum e Escola Ney Braga. **Latitude:** -6.756063. **Longitude:** -43.025992.
15. **Código da Unidade:** PJ-BARRA-CORDA. **Endereço: Cidade:** Barra do Corda. **Bairro:** Bairro do Incra. **CEP:** 65950-000. **Logradouro:** Rua Pedro Caixa Dágua. **Número:** S/N. **Referências:** Perto do Cartório Eleitoral. **Latitude:** -5.510578. **Longitude:** -45.250967.
16. **Código da Unidade:** PJ-BARREIRINHAS. **Endereço: Cidade:** Barreirinhas. **Bairro:** Carnaubal. **CEP:** 65590-000. **Logradouro:** Rua Francisco Chagas. **Número:** 201. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.748351. **Longitude:** -42.830862.
17. **Código da Unidade:** PJ-BEQUIMAO. **Endereço: Cidade:** Bequimão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65248-000. **Logradouro:** Avenida Vivaldo Lemos Paixão. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.452497. **Longitude:** -44.786020.
18. **Código da Unidade:** PJ-BOM-JARDIM. **Endereço: Cidade:** Bom Jardim. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65380-000. **Logradouro:** Rua Nova Brasília. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.541018. **Longitude:** -45.612824.
19. **Código da Unidade:** PJ-BREJO. **Endereço: Cidade:** Brejo. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65520-000. **Logradouro:** Avenida Luis Domingues. **Número:** 148. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.681901. **Longitude:** -42.751064.
20. **Código da Unidade:** PJ-BURITI. **Endereço: Cidade:** Buriti. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65515-000. **Logradouro:** Rua da Bandeira. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Escola Picuchinha. **Latitude:** -3.947004. **Longitude:** -42.925257.
21. **Código da Unidade:** PJ-BURITI-BRAVO. **Endereço: Cidade:** Buriti Bravo. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65685-000. **Logradouro:** Rua da Bandeira. **Número:** 700. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.832829. **Longitude:** -43.831865.
22. **Código da Unidade:** PJ-BURITICUPU. **Endereço: Cidade:** Buriticupu. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65393-000. **Logradouro:** Rua Cibrazem. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.318712. **Longitude:** -46.462339.
23. **Código da Unidade:** PJ-CANDIDO-MENDES. **Endereço: Cidade:** Cândido Mendes. **Bairro:** Rodagem. **CEP:** 65280-000. **Logradouro:** Rua Agenor Costa. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -1.454128. **Longitude:** -45.730202.
24. **Código da Unidade:** PJ-CANTANHEDE. **Endereço: Cidade:** Cantanhede. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65465-000. **Logradouro:** Rua Boa Esperança. **Número:** S/N. **Referências:** Rua do Fórum. **Latitude:** -3.640788. **Longitude:** -44.382616.
25. **Código da Unidade:** PJ-CAROLINA. **Endereço: Cidade:** Carolina. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65980-000. **Logradouro:** Avenida Elias Barros, Praça Alípio Carvalho. **Número:** 363. **Referências:** Próximo ao Colégio Santa Cruz. **Latitude:** -7.334839. **Longitude:** -47.472629.
26. **Código da Unidade:** PJ-CARUTAPERA. **Endereço: Cidade:** Carutapera. **Bairro:** Santa Luzia. **CEP:** 65295-000. **Logradouro:** Avenida Deputado Manoel Ribeiro. **Número:** 966. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -1.206199. **Longitude:** -46.018082.
27. **Código da Unidade:** PJ-CAXIAS. **Endereço: Cidade:** Caxias. **Bairro:** Campo de Belém. **CEP:** 65604-050. **Logradouro:** Avenida Norte Sul. **Número:** S/N. **Referências:** Cidade Judiciária. **Latitude:** -4.881180. **Longitude:** -43.377196.
28. **Código da Unidade:** PJ-CAXIAS-DISTRITAL. **Endereço: Cidade:** Caxias. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65600-310. **Logradouro:** Avenida General Sampaio. **Número:** 18. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.866310. **Longitude:** -43.355331.
29. **Código da Unidade:** PJ-CEDRAL. **Endereço: Cidade:** Cedral. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65260-000. **Logradouro:** Rua Gastão Dias Vieira. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Praça Jacinto. **Latitude:** -2.000547. **Longitude:** -44.534063.
30. **Código da Unidade:** PJ-CHAPADINHA. **Endereço: Cidade:** Chapadinha. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65500-000. **Logradouro:** Avenida Coronel Pedro Mata. **Número:** 32. **Referências:** Próximo ao Fórum do TJ. **Latitude:** -3.742648. **Longitude:** -43.355518.
31. **Código da Unidade:** PJ-CODO. **Endereço: Cidade:** Codó. **Bairro:** Bairro São Sebastião. **CEP:** 65400-000. **Logradouro:** Avenida João Ribeiro. **Número:** 3132A. **Referências:** Ao Lado do Fórum do TJ. **Latitude:** -4.463224. **Longitude:** -43.887450.
32. **Código da Unidade:** PJ-COELHO-NETO. **Endereço: Cidade:** Coelho Neto. **Bairro:** Parque Amazonas. **CEP:** 65620-000. **Logradouro:** Avenida José Silva. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo ao IFMA. **Latitude:** -4.269425. **Longitude:** -43.027382.
33. **Código da Unidade:** PJ-COLINAS. **Endereço: Cidade:** Colinas. **Bairro:** Guanabara. **CEP:** 65690-000. **Logradouro:** Avenida Buriti Bravo. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo ao TJ e TRE. **Latitude:** -6.024617. **Longitude:** -44.228836.
34. **Código da Unidade:** PJ-COROATA. **Endereço: Cidade:** Coroatá. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65415-000. **Logradouro:** Rua Nova. **Número:** S/N. **Referências:** Atrás do Complexo Educacional. **Latitude:** -4.131254. **Longitude:** -44.119924.
35. **Código da Unidade:** PJ-CURURUPU. **Endereço: Cidade:** Cururupu. **Bairro:** Bairro Jacaré. **CEP:** 65268-000. **Logradouro:** Rua Eurico Gaspar. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Escola Gervásio Santos. **Latitude:** -1.821734. **Longitude:** -44.866474.

36. **Código da Unidade:** PJ-DOM-PEDRO. **Endereço: Cidade:** Dom Pedro. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65765-000. **Logradouro:** Rua Valdemar Leal. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.041548. **Longitude:** -44.441479.
37. **Código da Unidade:** PJ-ESPERANTINOPOLIS. **Endereço: Cidade:** Esperantinópolis. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65750-000. **Logradouro:** Rua Vitorino Freire. **Número:** 78. **Referências:** Próximo ao Bradesco, Atrás da Loja Unilar. **Latitude:** -4.875150. **Longitude:** -44.883172.
38. **Código da Unidade:** PJ-ESTREITO. **Endereço: Cidade:** Estreito. **Bairro:** Bandeirante. **CEP:** 65975-000. **Logradouro:** Rua São Sebastião. **Número:** S/N. **Referências:** Antes do TRT e do TRE, Primeiro prédio da rua. **Latitude:** -6.560271. **Longitude:** -47.445015.
39. **Código da Unidade:** PJ-EUGENIO-BARROS. **Endereço: Cidade:** Governador Eugênio Barros. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65780-000. **Logradouro:** Rua 25 de Agosto. **Número:** S/N. **Referências:** Numa Esquina, Próximo à Prefeitura. **Latitude:** -5.321629. **Longitude:** -44.245144.
40. **Código da Unidade:** PJ-GRAJAU. **Endereço: Cidade:** Grajaú. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65940-000. **Logradouro:** Rua Antonio Francisco dos Reis. **Número:** 05. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.819273. **Longitude:** -46.143974.
41. **Código da Unidade:** PJ-GUIMARAES. **Endereço: Cidade:** Guimarães. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65255-000. **Logradouro:** Praça dos Sagrados Corações. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.135547. **Longitude:** -44.600243.
42. **Código da Unidade:** PJ-HUMBERTO-CAMPOS. **Endereço: Cidade:** Humberto de Campos. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65180-000. **Logradouro:** Rua Irineu Santos. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo a duas torres de comunicação. **Latitude:** -2.596340. **Longitude:** -43.462243.
43. **Código da Unidade:** PJ-ICATU. **Endereço: Cidade:** Icatu. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65170-000. **Logradouro:** Rua Duque de Caxias. **Número:** S/N. **Referências:** Esquina Com Rua Godofredo Viana. **Latitude:** -2.775695. **Longitude:** -44.063023.
44. **Código da Unidade:** PJ-IGARAPE-GRANDE. **Endereço: Cidade:** Igarapé Grande. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65720-000. **Logradouro:** Avenida João Carvalho. **Número:** 20. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.662730. **Longitude:** -44.853928.
45. **Código da Unidade:** PJ-IMPERATRIZ. **Endereço: Cidade:** Imperatriz. **Bairro:** Parque Sanharol. **CEP:** 65900-430. **Logradouro:** Avenida Perimetral José Felipe do Nascimento. **Número:** 21A. **Referências:** Prédio-sede da PJ. **Latitude:** -5.516417. **Longitude:** -47.444753.
46. **Código da Unidade:** PJ-IMPERATRIZ-ANEXO. **Endereço: Cidade:** Imperatriz. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65900-430. **Logradouro:** Rua Rio Branco. **Número:** 36. **Referências:** Próximo ao HEMOMAR, PJ IMPERATRIZ ANEXO. **Latitude:** -5.526640. **Longitude:** -47.487525.
47. **Código da Unidade:** PJ-IMPERATRIZ-CASA-MULHER. **Endereço: Cidade:** Imperatriz. **Bairro:** Bairro Vila Nova. **CEP:** 65912-100. **Logradouro:** Avenida São Sebastião. **Número:** S/N. **Referências:** Promotoria na Casa da Mulher Maranhense. **Latitude:** -5.519274. **Longitude:** -47.458196.
48. **Código da Unidade:** PJ-IMPERATRIZ-TJMA. **Endereço: Cidade:** Imperatriz. **Bairro:** Residencial Kubitschek, Parque Sanharol. **CEP:** 65900-430. **Logradouro:** Avenida Perimetral José Felipe do Nascimento. **Número:** 17B. **Referências:** Prédio do TJMA. **Latitude:** -5.514847. **Longitude:** -47.445000.
49. **Código da Unidade:** PJ-ITAPECURU. **Endereço: Cidade:** Itapecuru Mirim. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65485-000. **Logradouro:** Praça Raul Lins. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.395093. **Longitude:** -44.361866.
50. **Código da Unidade:** PJ-ITINGA. **Endereço: Cidade:** Itinga do Maranhão. **Bairro:** Loteamento Paraíso. **CEP:** 65939-000. **Logradouro:** Rua Pau Brasil. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.456939. **Longitude:** -47.521903.
51. **Código da Unidade:** PJ-JOAO-LISBOA. **Endereço: Cidade:** João Lisboa. **Bairro:** Alice Vieira. **CEP:** 65922-000. **Logradouro:** Rua 03. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.456670. **Longitude:** -47.403776.
52. **Código da Unidade:** PJ-JOSELANDIA. **Endereço: Cidade:** Joselândia. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65755-000. **Logradouro:** Avenida Brasil. **Número:** S/N. **Referências:** Depois da Placa da Cidade, Na MA. **Latitude:** -4.979965. **Longitude:** -44.692856.
53. **Código da Unidade:** PJ-LAGO-DA-PEDRA. **Endereço: Cidade:** Lago da Pedra. **Bairro:** Bairro Planalto. **CEP:** 65715-000. **Logradouro:** Rua Hilário Neto. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à AABB e ao Fórum do TJ. **Latitude:** -4.554889. **Longitude:** -45.125749.
54. **Código da Unidade:** PJ-LORETO. **Endereço: Cidade:** Loreto. **Bairro:** São Sebastião. **CEP:** 65895-000. **Logradouro:** Rua Antonio Coelho Silva. **Número:** S/N. **Referências:** Ao Lado do Fórum do TJ. **Latitude:** -7.086757. **Longitude:** -45.137561.
55. **Código da Unidade:** PJ-MAGALHAES. **Endereço: Cidade:** Magalhães de Almeida. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65560-000. **Logradouro:** Avenida Getúlio Vargas. **Número:** 141. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.396424. **Longitude:** -42.204087.
56. **Código da Unidade:** PJ-MANGABEIRAS. **Endereço: Cidade:** São Raimundo das Mangabeiras. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65840-000. **Logradouro:** Rua do Jardim. **Número:** 97. **Referências:** Atrás do Banco do Brasil. **Latitude:** -7.024252. **Longitude:** -45.480076.
57. **Código da Unidade:** PJ-MARACACUME. **Endereço: Cidade:** Maracaçumé. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65289-000. **Logradouro:** Rua Pastor José Patrício. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.046384. **Longitude:** -45.957853.
58. **Código da Unidade:** PJ-MATINHA. **Endereço: Cidade:** Matinha. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65218-000. **Logradouro:** Rua Dr Afonso Matos. **Número:** S/N. **Referências:** Ao lado do Fórum do TJ. **Latitude:** -3.098094. **Longitude:** -45.033054.
59. **Código da Unidade:** PJ-MATOES. **Endereço: Cidade:** Matões. **Bairro:** Bairro Matadouro II. **CEP:** 65645-000. **Logradouro:** Rua Wlisses Guimarães. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.531408. **Longitude:** -43.211320.
60. **Código da Unidade:** PJ-MIRADOR. **Endereço: Cidade:** Mirador. **Bairro:** Bairro Alto Alegre. **CEP:** 65850-000. **Logradouro:** Avenida Cândido Moreira Reis. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à UBS. **Latitude:** -6.375240. **Longitude:** -44.362909.
61. **Código da Unidade:** PJ-MIRINZAL. **Endereço: Cidade:** Mirinzal. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65265-000. **Logradouro:** Rua Senador José Patrício. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo ao Restaurante Pacheco. **Latitude:** -2.069328. **Longitude:** -44.782872.
62. **Código da Unidade:** PJ-MONCAO. **Endereço: Cidade:** Monção. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65360-000. **Logradouro:** Rua da Baronesa. **Número:** 550. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.490088. **Longitude:** -45.251489.
63. **Código da Unidade:** PJ-MONTES-ALTOS. **Endereço: Cidade:** Montes Altos. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65936-000. **Logradouro:** Rua Parsondas de Carvalho. **Número:** 01. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -5.832332. **Longitude:** -47.067669.
64. **Código da Unidade:** PJ-MORROS. **Endereço: Cidade:** Morros. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65160-000. **Logradouro:** Rua do Passeio. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Rua Pio XII. **Latitude:** -2.864268. **Longitude:** -44.039291.
65. **Código da Unidade:** PJ-NUNES-FREIRE. **Endereço: Cidade:** Governador Nunes Freire. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65284-000. **Logradouro:** Rua da Telma. **Número:** S/N. **Referências:** Ao lado do Fórum. **Latitude:** -2.126920. **Longitude:** -45.891636.
66. **Código da Unidade:** PJ-OLHO-DAGUA. **Endereço: Cidade:** Olho d'Água das Cunhãs. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65706-000. **Logradouro:** Rua Nova. **Número:** 06. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.142472. **Longitude:** -45.114212.
67. **Código da Unidade:** PJ-OLINDA-NOVA. **Endereço: Cidade:** Olinda Nova do Maranhão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65223-000. **Logradouro:** Travessa Capitão Antonio Serra Freire. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.996282. **Longitude:** -45.001946.
68. **Código da Unidade:** PJ-PACO-LUMIAR. **Endereço: Cidade:** Paço do Lumiar. **Bairro:** Maiobão. **CEP:** 65137-000. **Logradouro:** Avenida 13. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Assembleia de Deus. **Latitude:** -2.540043. **Longitude:** -44.176175.

69. **Código da Unidade:** PJ-PARAIBANO. **Endereço: Cidade:** Paraibano. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65670-000. **Logradouro:** Avenida João Paraibano. **Número:** 95. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -6.434049. **Longitude:** -43.982437.
70. **Código da Unidade:** PJ-PARNARAMA. **Endereço: Cidade:** Parnarama. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65640-000. **Logradouro:** Rua Pedreiras. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Loja Novo Lar. **Latitude:** -5.684042. **Longitude:** -43.091244.
71. **Código da Unidade:** PJ-PASSAGEM-FRANCA. **Endereço: Cidade:** Passagem Franca. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65680-000. **Logradouro:** Rua São Pedro. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Secretaria de Educação e Delegacia. **Latitude:** -6.181296. **Longitude:** -43.784043.
72. **Código da Unidade:** PJ-PASTOS-BONS. **Endereço: Cidade:** Pastos Bons. **Bairro:** Bairro São José. **CEP:** 65870-000. **Logradouro:** Rua Amélia Gonçalo. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -6.596167. **Longitude:** -44.079817.
73. **Código da Unidade:** PJ-PAULO-RAMOS. **Endereço: Cidade:** Paulo Ramos. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65716-000. **Logradouro:** Rua 7 de Setembro. **Número:** 242. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.448760. **Longitude:** -45.239499.
74. **Código da Unidade:** PJ-PEDREIRAS. **Endereço: Cidade:** Pedreiras. **Bairro:** Goiabal. **CEP:** 65725-000. **Logradouro:** Rua das Laranjeiras. **Número:** 2005. **Referências:** Próximo Ao CIRETRANS. **Latitude:** -4.575552. **Longitude:** -44.602299.
75. **Código da Unidade:** PJ-PENALVA. **Endereço: Cidade:** Penalva. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65213-000. **Logradouro:** Rua Dr Djalma Marques. **Número:** 262. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.293444. **Longitude:** -45.173828.
76. **Código da Unidade:** PJ-PINDARE-MIRIM. **Endereço: Cidade:** Pindaré Mirim. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65370-000. **Logradouro:** Rua Santa Teresa. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.609118. **Longitude:** -45.340580.
77. **Código da Unidade:** PJ-PINHEIRO. **Endereço: Cidade:** Pinheiro. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65200-000. **Logradouro:** Rua Odilon Soares. **Número:** 1208. **Referências:** Próximo aos Correios. **Latitude:** -2.518350. **Longitude:** -45.081856.
78. **Código da Unidade:** PJ-PIO-XII. **Endereço: Cidade:** Pio XII. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65707-000. **Logradouro:** Rua Juscelino Kubitschek. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.891570. **Longitude:** -45.173676.
79. **Código da Unidade:** PJ-POCAO-PEDRAS. **Endereço: Cidade:** Poção de Pedras. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65740-000. **Logradouro:** Avenida Presidente Kennedy. **Número:** S/N. **Referências:** Atrás do Cartório, entrada lateral. **Latitude:** -4.750664. **Longitude:** -44.943296.
80. **Código da Unidade:** PJ-PORTO-FRANCO. **Endereço: Cidade:** Porto Franco. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65970-000. **Logradouro:** Rua Joaquim Pereira. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Praça Getúlio Vargas. **Latitude:** -6.340615. **Longitude:** -47.402228.
81. **Código da Unidade:** PJ-PRESIDENTE-DUTRA. **Endereço: Cidade:** Presidente Dutra. **Bairro:** Vila Militar. **CEP:** 65760-000. **Logradouro:** Travessa Frei Dionísio, Rua Altino Gomes. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Escola Governador Luiz Rocha. **Latitude:** -5.296917. **Longitude:** -44.494706.
82. **Código da Unidade:** PJ-RAPOSA. **Endereço: Cidade:** Raposa. **Bairro:** Bairro Vila Bom Viver. **CEP:** 65138-000. **Logradouro:** Avenida Cafeteira. **Número:** 744. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.443610. **Longitude:** -44.102743.
83. **Código da Unidade:** PJ-RIACHAO. **Endereço: Cidade:** Riachão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65990-000. **Logradouro:** Rua Coelho Parede. **Número:** 681. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -7.362749. **Longitude:** -46.619831.
84. **Código da Unidade:** PJ-RIBAMAR. **Endereço: Cidade:** São José de Ribamar. **Bairro:** Loteamento Solar das Palmeiras. **CEP:** 65110-000. **Logradouro:** Rodovia MA-201. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.546395. **Longitude:** -44.083344.
85. **Código da Unidade:** PJ-RIBAMAR-PATIO-NORTE. **Endereço: Cidade:** São José de Ribamar. **Bairro:** Saramanta. **CEP:** 65110-000. **Logradouro:** MA-201, Km 05. **Número:** 1000. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.551869. **Longitude:** -44.191538.
86. **Código da Unidade:** PJ-ROSARIO. **Endereço: Cidade:** Rosário. **Bairro:** Centro, Jardim Primavera. **CEP:** 65150-000. **Logradouro:** Rua Bom Jesus. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo ao SENAI. **Latitude:** -2.946010. **Longitude:** -44.263109.
87. **Código da Unidade:** PJ-SANTA-INES. **Endereço: Cidade:** Santa Inês. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65300-109. **Logradouro:** Rua Wady Haddad. **Número:** 125. **Referências:** Próximo ao Viva Cidadão. **Latitude:** -3.656255. **Longitude:** -45.377922.
88. **Código da Unidade:** PJ-SAO-BENTO. **Endereço: Cidade:** São Bento. **Bairro:** Mutirão. **CEP:** 65235-000. **Logradouro:** Rua Francisco Xavier. **Número:** S/N. **Referências:** Ao Lado do TRE-MA e Fórum do TJ-MA. **Latitude:** -2.697874. **Longitude:** -44.839962.
89. **Código da Unidade:** PJ-SAO-BERNARDO. **Endereço: Cidade:** São Bernardo. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65550-000. **Logradouro:** Travessa Cleres de Andrade Costa. **Número:** 78. **Referências:** Próximo à Praça da Prefeitura. **Latitude:** -3.361813. **Longitude:** -42.421553.
90. **Código da Unidade:** PJ-SAO-DOMINGOS-MA. **Endereço: Cidade:** São Domingos do Maranhão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65790-000. **Logradouro:** BR-135. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Vidraçaria Cabral. **Latitude:** -5.575801. **Longitude:** -44.382917.
91. **Código da Unidade:** PJ-SAO-FRANCISCO-MA. **Endereço: Cidade:** São Francisco do Maranhão. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65650-000. **Logradouro:** Rua Barão do Rio Branco. **Número:** 1100. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -6.252376. **Longitude:** -42.856647.
92. **Código da Unidade:** PJ-SAO-JOAO-BATISTA. **Endereço: Cidade:** São João Batista. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65225-000. **Logradouro:** Rua Francisco Américo. **Número:** 86. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.960250. **Longitude:** -44.794503.
93. **Código da Unidade:** PJ-SAO-JOAO-PATOS. **Endereço: Cidade:** São João dos Patos. **Bairro:** São Raimundo. **CEP:** 65665-000. **Logradouro:** Rua Hermes da Fonseca. **Número:** 349. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -6.491644. **Longitude:** -43.700493.
94. **Código da Unidade:** PJ-SAO-MATEUS. **Endereço: Cidade:** São Mateus. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65470-000. **Logradouro:** Rua Benu Lago, Praça da Matriz. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.040650. **Longitude:** -44.469738.
95. **Código da Unidade:** PJ-SAO-PEDRO-AGUA. **Endereço: Cidade:** São Pedro da Água Branca. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65920-000. **Logradouro:** Rua Marechal Castelo Branco. **Número:** S/N. **Referências:** Em Frente à Praça São Pedro. **Latitude:** -5.083392. **Longitude:** -48.430311.
96. **Código da Unidade:** PJ-SAO-VICENTE. **Endereço: Cidade:** São Vicente Ferrer. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65220-000. **Logradouro:** Rua Getúlio Vargas. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.898584. **Longitude:** -44.881133.
97. **Código da Unidade:** PJ-SENADOR-LA-ROCQUE. **Endereço: Cidade:** Senador La Rocque. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65935-000. **Logradouro:** Avenida Mota e Silva. **Número:** 163. **Referências:** Próximo à praça da CAEMA. **Latitude:** -5.440989. **Longitude:** -47.294842.
98. **Código da Unidade:** PJ-SLZ-GONZAGA. **Endereço: Cidade:** São Luiz Gonzaga do Maranhão. **Bairro:** Campo. **CEP:** 65708-000. **Logradouro:** Travessa Teotônio Santos. **Número:** 95. **Referências:** Perto do Fórum. **Latitude:** -4.380732. **Longitude:** -44.669033.
99. **Código da Unidade:** PJ-ST-ANTONIO-LOPES. **Endereço: Cidade:** Santo Antônio dos Lopes. **Bairro:** Residencial Padre José, Morro dos Macacos. **CEP:** 65730-000. **Logradouro:** Avenida Um. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo à Delegacia. **Latitude:** -4.877370. **Longitude:** -44.362821.
100. **Código da Unidade:** PJ-ST-HELENA. **Endereço: Cidade:** Santa Helena. **Bairro:** Bairro Ponta d'Areia. **CEP:** 65208-000. **Logradouro:** Rua Antônio L Pavão. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.232760. **Longitude:** -45.301071.
101. **Código da Unidade:** PJ-ST-LUZIA. **Endereço: Cidade:** Santa Luzia. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65390-000. **Logradouro:** Rua 26 de Março. **Número:** 155. **Referências:** Próximo à Esquina com Rua Dom Pedro. **Latitude:** -3.969561. **Longitude:** -45.662331.

102. **Código da Unidade:** PJ-ST-LUZIA-PARUA. **Endereço: Cidade:** Santa Luzia do Paruá. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65272-000. **Logradouro:** Rua Maranhão. **Número:** 78. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -2.548223. **Longitude:** -45.777475.
103. **Código da Unidade:** PJ-ST-QUITERIA. **Endereço: Cidade:** Santa Quitéria. **Bairro:** Bairro Novo. **CEP:** 65540-000. **Logradouro:** Rua José Bonifácio. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.499754. **Longitude:** -42.564426.
104. **Código da Unidade:** PJ-ST-RITA. **Endereço: Cidade:** Santa Rita. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65145-000. **Logradouro:** Rua Rui Barbosa. **Número:** S/N. **Referências:** Próximo ao Fórum do TJ. **Latitude:** -3.136699. **Longitude:** -44.330700.
105. **Código da Unidade:** PJ-TIMBIRAS. **Endereço: Cidade:** Timbiras. **Bairro:** Anjo da Guarda. **CEP:** 65420-000. **Logradouro:** Travessa Mundoca Alvim. **Número:** 02. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.264948. **Longitude:** -43.942009.
106. **Código da Unidade:** PJ-TIMON. **Endereço: Cidade:** Timon. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65630-090. **Logradouro:** Rua Dra Elda Maria Alves Moreira. **Número:** S/N. **Referências:** Perto do Cemitério São José, antigo Beco Paulo Ramos. **Latitude:** -5.098698. **Longitude:** -42.828201.
107. **Código da Unidade:** PJ-TIMON-SHOPPING. **Endereço: Cidade:** Timon. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65631-030. **Logradouro:** Avenida Piauí. **Número:** 700. **Referências:** Shopping Cocais, Sala 140. **Latitude:** -5.091624. **Longitude:** -42.824056.
108. **Código da Unidade:** PJ-TUNTUM. **Endereço: Cidade:** Tuntum. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65763-000. **Logradouro:** Rua São Raimundo. **Número:** 757. **Referências:** Próximo à Loja Aragão. **Latitude:** -5.265179. **Longitude:** -44.643960.
109. **Código da Unidade:** PJ-TURIACU. **Endereço: Cidade:** Turiaçu. **Bairro:** Bairro Canário. **CEP:** 65278-000. **Logradouro:** Avenida Santos Dumont. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -1.664511. **Longitude:** -45.381745.
110. **Código da Unidade:** PJ-TUTOIA. **Endereço: Cidade:** Tutóia. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65580-000. **Logradouro:** Avenida Paulino Neves. **Número:** 1092. **Referências:** Próximo ao Supermercado Camino. **Latitude:** -2.765365. **Longitude:** -42.276062.
111. **Código da Unidade:** PJ-URBANO-SANTOS. **Endereço: Cidade:** Urbano Santos. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65530-000. **Logradouro:** Rua Pedro Carvalho. **Número:** 10. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.204870. **Longitude:** -43.404594.
112. **Código da Unidade:** PJ-VARGEM-GRANDE. **Endereço: Cidade:** Vargem Grande. **Bairro:** Rosalina. **CEP:** 65430-000. **Logradouro:** Rua Horácio Manoel Gomes. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.541405. **Longitude:** -43.914499.
113. **Código da Unidade:** PJ-VIANA. **Endereço: Cidade:** Viana. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65215-000. **Logradouro:** Avenida Luis de Almeida Couto. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.211675. **Longitude:** -45.000035.
114. **Código da Unidade:** PJ-VITORIA-MEARIM. **Endereço: Cidade:** Vitória do Mearim. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65350-000. **Logradouro:** Rua Santa Teresinha. **Número:** S/N. **Referências:** Perto do Rio Mearim. **Latitude:** -3.461663. **Longitude:** -44.869137.
115. **Código da Unidade:** PJ-VITORINO. **Endereço: Cidade:** Vitorino Freire. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65320-000. **Logradouro:** Rua Presidente Castelo Branco. **Número:** S/N. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -4.294729. **Longitude:** -45.248646.
116. **Código da Unidade:** PJ-ZE-DOCA. **Endereço: Cidade:** Zé Doca. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65365-000. **Logradouro:** Avenida Coronel Stanley Fortes Batista. **Número:** 2596. **Referências:** Não informada. **Latitude:** -3.282774. **Longitude:** -45.657173.
117. **Código da Unidade:** SLS-ALMOXARIFADO. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Bairro Monte Castelo. **CEP:** 65037-270. **Logradouro:** Estrada da Vitória. **Número:** 25. **Referências:** Galpão do Almoxarifado do MPMA. **Latitude:** -2.532087. **Longitude:** -44.276622.
118. **Código da Unidade:** SLS-CASA-MULHER. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Bairro Jaracaty. **CEP:** 65076-906. **Logradouro:** Avenida Professor Carlos Cunha. **Número:** S/N. **Referências:** Casa da Mulher Brasileira, 22 PJ Especializada. **Latitude:** -2.515535. **Longitude:** -44.289779.
119. **Código da Unidade:** SLS-DIVINEIA. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Bairro Olho d'Água. **CEP:** 65065-250. **Logradouro:** Rua Peru (acesso via Avenida Mahiba Azar). **Número:** 1055. **Referências:** PJ Distrital da Divinéia; Instituto Beneficente Áurea Faria; Escola Professor Luiz Pinho Rodrigues. **Latitude:** -2.491121. **Longitude:** -44.221411.
120. **Código da Unidade:** SLS-MARACANA. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Distrito Industrial. **CEP:** 65099-110. **Logradouro:** BR-135, Km 5. **Número:** S/N. **Referências:** PJ Distrital do Maracanã, SENAI-MA, CEPT. **Latitude:** -2.622587. **Longitude:** -44.259121.
121. **Código da Unidade:** SLS-NUCLEO-MEDIACAO. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Bairro Divinéia. **CEP:** 65065-250. **Logradouro:** Avenida Maria Alice. **Número:** 8. **Referências:** Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas. **Latitude:** -2.491684. **Longitude:** -44.221818.
122. **Código da Unidade:** SLS-PJ-CONSUMIDOR. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65010-540. **Logradouro:** Rua Isaac Martins. **Número:** 141. **Referências:** Próximo à Fonte do Ribeirão, Prédio-sede das Promotorias de Justiça do Consumidor. **Latitude:** -2.527756. **Longitude:** -44.302034.
123. **Código da Unidade:** SLS-PJ-CREAISPI. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Cohab Anil IV. **CEP:** 65066-780. **Logradouro:** Rua Treze. **Número:** S/N. **Referências:** Sala da Ouvidoria, Centro de Referência Especializado de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa (CREAISPI). **Latitude:** -2.541616. **Longitude:** -44.215596.
124. **Código da Unidade:** SLS-PJ-DISTRITAL-COHATRAC. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Cohatrac IV. **CEP:** 65054-375. **Logradouro:** Avenida Contorno Norte. **Número:** 145. **Referências:** Shopping Passeio, piso 1, PJ Distrital do Cohatrac. **Latitude:** -2.534601. **Longitude:** -44.199305.
125. **Código da Unidade:** SLS-PJECA. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65020-140. **Logradouro:** Rua Coelho Neto, 01, Praça Maria Aragão, Beira Mar. **Número:** 01. **Referências:** PJECA, 29 PJ Infância e Juventude. **Latitude:** -2.524561. **Longitude:** -44.298817.
126. **Código da Unidade:** SLS-PJIJ-CAJAZEIRAS. **Endereço: Cidade:** São Luís. **Bairro:** Centro. **CEP:** 65015-902. **Logradouro:** Rua das Cajazeiras. **Número:** 190. **Referências:** PJ da Infância e Juventude, Centro Integrado de Justiça Juvenil. **Latitude:** -2.536865. **Longitude:** -44.300934.